



RODRIGO AVELINO DOS SANTOS

**APRENDIZAGEM COMO DIREITO: Prática do Serviço Social no Centro
Educativo Dom Bosco.**

Ji-Paraná
2020

RODRIGO AVELINO DOS SANTOS

**APRENDIZAGEM COMO DIREITO: Prática do Serviço Social no Centro
Educativo Dom Bosco.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. M^ª. Dulce Teresinha Heineck

Ji-Paraná
2020

S237a

Santos, Rodrigo Avelino dos

Aprendizagem como direito: Prática do Serviço Social no Centro Educativo Dom Bosco / Rodrigo Avelino dos Santos. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2020.

78 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Serviço Social, Ji-Paraná, 2020.

Orientadora: Prof^a. M^a. Dulce Teresinha Heineck

1. Serviço Social. 2. Adolescentes. 3. Terceiro Setor. 4. Direito. 5. Aprendizagem. I. Heineck, Dulce Teresinha. II Aprendizagem como direito: Prática do Serviço Social no Centro Educativo Dom Bosco. III. Centro Universitário São Lucas.

CDU: 364.013

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário:
José Fernando S Magalhães CRB 11/1091

RODRIGO AVELINO DOS SANTOS

**APRENDIZAGEM COMO DIREITO: Prática do Serviço Social no Centro
Educativo Dom Bosco.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro
Universitário São Lucas, como requisito de aprovação para
obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. M^a. Dulce Teresinha Heineck

Ji-Paraná, 01 de julho de 2020.

Avaliação/Nota: _____

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora/Prof^a. M^a. Dulce Teresinha Heineck Centro Universitário São Lucas

Prof. Especialista Celso Kubichem Rodrigues Centro Universitário São Lucas

Assistente social Rafaela Maia Gomes SEMAS Campo Grande- MS

Dedico aos meus familiares, amigos, professores, ao assistente social e professor Celso Kubichem Rodrigues por me oportunizar o Estágio em Serviço Social no Centro Educativo Dom Bosco e a todos os educadores da instituição que de alguma forma contribuíram para materialização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Toda a minha gratidão primeiramente a Deus pela graça da vida e a benção de poder ter ingressado na graduação por meio de uma bolsa integral do PROUNI e concluir o curso com saúde.

À minha família que é meu alicerce para alcançar meus sonhos e objetivos e por todo apoio e carinho.

A todos os meus amigos que a família Serviço Social possibilitou conhecer. Agradeço por termos compartilhado risos e experiências no decorrer da graduação. Amigos, mesmo que nos afastemos ao findar dessa corrida acadêmica de quatro anos, sempre lembrarei com muito carinho de todos os momentos felizes e de aprendizados que partilhamos.

Minha imensa gratidão a todos os docentes os quais contribuíram para minha formação profissional. Especialmente às minhas queridas: não só professoras, como também amigas Dalva Felipe de Oliveira Gonçalves, Rafaela Maia Gomes e à minha orientadora Dulce Teresinha Heineck. Não há palavras que descreva o respeito e o carinho que tenho por todas vocês que Deus abençoe grandemente por todo apoio nos estudos e a assistência que me deram durante a minha recuperação do acidente.

Agradeço imensamente ao Assistente Social Celso Kubichem Rodrigues, todos os adolescentes e famílias da Obra Social CEDEB assim como os educadores do CEDB que me receberam e me trataram com carinho durante o Estágio em Serviço Social.

O coração do homem planeja o seu caminho, mas o SENHOR lhe dirige os passos (Provérbios 16:9).

RESUMO

A temática em discussão envolvendo aprendizagem trabalho e cidadania é bastante complexa e historicamente, possui vieses contraditórios no contexto do sistema capitalista que produz dualidade intrínseca na relação educação, trabalho e cidadania. O mundo do trabalho dita a forma que se deve oferecer a educação em uma determinada realidade com o objetivo de manter o controle social, ao mesmo tempo em que relega a último plano a cidadania. A partir dos conhecimentos adquiridos durante a graduação em Serviço Social e a experiência de estágio, apresenta-se uma reflexão a respeito do fazer profissional do Serviço Social na proteção e defesa dos direitos sociais, com ênfase na atuação em prol a ampliação da cidadania conforme seu Código de Ética profissional de 1993. O trabalho apresenta na primeira parte a metodologia utilizada no processo de buscas e na sequência faz um apanhado das instituições de terceiro setor assim como do mundo do trabalho interligado à educação voltada aos adolescentes em cada contexto. Na última parte descreve o histórico da instituição Centro Educativo Dom Bosco- CEDB enquanto instituição do terceiro setor a qual oferece o Projeto Aprendizagem Trabalho e Cidadania visando atender os adolescentes. Dando sequência é descrita a observação do estagiário com o grupo que frequenta a instituição e relatam-se as ações planejadas e executadas com o assistente social com o objetivo de enfrentar as desigualdades sociais e ampliar o atendimento aos participantes do grupo com ações de cidadania, preparo para o mundo de trabalho assim como acesso aos direitos.

Palavras-chave: Serviço Social, Adolescentes, Terceiro Setor, Direito, Aprendizagem.

ABSTRACT

The topic under discussion involving learning, work and citizenship is quite complex and historically, has contradictory biases in the context of the capitalist system that produces intrinsic duality in the relationship between education, work and citizenship. The world of work dictates the way in which education must be offered in a given reality in order to maintain social control, while relegating citizenship to the last level. Based on the knowledge acquired during the graduation in Social Work and the internship experience, a reflection is presented regarding the professional work of Social Work in the protection and defense of social rights, with emphasis on acting in favor of the expansion of citizenship according to their 1993 professional code of ethics. The work presents, in the first part, the methodology used in the search process and, afterwards, it gives an overview of the third sector institutions as well as the world of work linked to education aimed at adolescents in each context. In the last part, it describes the history of the institution Centro Educativo Dom Bosco - CEDB as a third sector institution that offers the Work and Citizenship Learning Project aiming to assist teenagers. Following, the observation of the trainee with the group that attends the institution is described and the actions planned and executed with the social worker are reported in order to face social inequalities and expand the service to group participants with citizenship actions, preparation to the world of work as well as access to rights

Key Words: Social Work, Adolescents, Third Sector, Law, learning

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDB- Centro Educativo Dom Bosco

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CF- Constituição Federal

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescentes

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SIGAR/RSB-Social- Sistema de Gestão e Animação da Rede Salesiana Brasil
de Ação Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Prédio da instituição em 1990.....	46
Figura 2	Prédio da instituição em 2019.....	49
Figura 3	Entrevista de matrícula	57
Figura 4	Questionário elaborado por via formulários Google.....	58
Figura 5	Aplicação do questionário.....	60
Figura 6	Apresentação sobre a experiência de campo de estágio	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Bairros habitados pelos jovens aprendizes.....	54
-----------	--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. METODOLOGIA.....	16
2.1. COMPREENSÃO INICIAL.....	16
2.2. MÉTODO DE PROCEDIMENTO ESTUDO DE CASO.....	18
2.3. TÉCNICAS.....	19
2.3.1. Observação.....	20
2.3.2. Entrevista.....	21
2.3.3. Questionário.....	23
2.3.4. Pesquisa bibliográfica.....	25
2.3.5. Pesquisa Documental.....	26
2.4. MÉTODO DE ANÁLISE DIALÉTICO.....	28
3. EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO.....	31
3.1. CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA.....	31
3.2. ADOLESCÊNCIA: EDUCAÇÃO E TRABALHO.....	35
3.2.1. Educação Profissionalizante no Brasil.....	37
3.3. O TRABALHO NA SOCIEDADE ATUAL.....	40
4. A PRÁTICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CEDB.....	46
4.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	46
4.2. RELATO DA OBSERVAÇÃO.....	50
4.3. INTERVENÇÃO DO ESTAGIÁRIO POR INTERMÉDIO DA PRÁTICA DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
6. REFERÊNCIAS.....	73

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase repleta de sensações, escolhas, desafios e preocupação com o futuro, preocupação com a vida adulta. No que se refere ao trabalho, torna-se uma preocupação a mais, pois muitos adolescentes vivem em situação de vulnerabilidade e risco social sendo forçados em torno da preparação futura para o mercado de trabalho ou em muitos casos, já necessitando se inserir no mundo do trabalho ainda na infância mesmo que sendo irregular, como forma de complementar a renda familiar ou em alguns casos sobreviver.

A desigualdade social é originada pela relação capital trabalho em que o desemprego é estrutural e a renda de uma grande parcela da população é incompatível para manter os entes familiares. A desigualdade tem um impacto ainda maior na infância e adolescência. As crianças e adolescentes têm negado os direitos básicos previstos no art.6º da Constituição Federal de 1988, entre eles, o acesso e garantia de educação escolar básica e profissionalizante.

Ao analisar a conjuntura atual no que se volta para a relação educação e trabalho, requer ter uma visão crítica que leva a entender que o adolescente muitas vezes precisa abrir mão da escola para trabalhar e quando tenta conciliar os dois é uma carga muito pesada que leva à fragilização.

Com um olhar mais apurado se visualiza que a desigualdade social é ocasionada pela falta do trabalho ou pela sua precarização e esta determina se o/a adolescente terá a possibilidade de obter um aprendizado capaz de colocá-lo em disputa por melhores postos de trabalho no futuro. Além do mais, a relação intrínseca entre o ser humano e o trabalho como fator de sobrevivência, ultrapassa a questão material, de renda, pois, há também um valor cultural e subjetivo que vê no trabalho, a dignidade, sendo então, uma expectativa tanto individual quanto da sociedade envolvente (ROCHA; FRITSCH, 2002).

Neste sentido, o presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC tem o objetivo de demonstrar a experiência de estágio no Centro Educativo Dom Bosco – CEDB de Ji-Paraná/RO.

Na parte inicial apresenta a metodologia traçada para a coleta de dados e em seguida tece considerações a respeito do terceiro setor, bem como a questão do adolescente ligada à educação e mundo do trabalho no decorrer da história, bem como cita os avanços dos direitos dos adolescentes no Brasil. Na sequência das discussões apresenta-se a instituição campo de estágio e descreve as observações realizadas na instituição visando captar maiores informações e assim planejar ações interventivas.

Na última parte é descrita as ações interventivas do estagiário juntamente com o profissional de Serviço Social no sentido de ampliar os conhecimentos dos adolescentes e oportunizar que estes gradativamente se desenvolvam como cidadãos e também para inserção no mundo do trabalho. Nesse capítulo discute também o trabalho do Serviço Social em instituição de terceiro setor e tece análises das contradições que o profissional encontra ao atuar na mediação usuário instituição, e ao mesmo tempo, exigir que o Estado cumpra seu papel no campo de direitos.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

2.1. COMPREENSÃO INICIAL

A metodologia científica é uma ferramenta de pesquisa indispensável para se obter dados e informações a respeito de um conjunto de conhecimentos que permite ao pesquisador alcançar o resultado almejado (PRODANOV; FREITAS, 2013; GIL, 2008). A metodologia científica tem como objetivo focal trazer a veracidade na investigação científica, desse modo, o pesquisador deve escolher os métodos e técnicas bem como os demais procedimentos de acordo com seu objeto de pesquisa para obter o resultado almejado sem fugir da lógica científica (GIL, 2008).

Apesar de possuir várias interpretações, a metodologia não se dispersa no que tange ao conceito de finalidade e planejamento de uma pesquisa, em outros termos, forma-se um ordenamento que busca concretizar as hipóteses (GALLIANO, 1979). Assim, entende-se que a metodologia é o fulcro da pesquisa científica, porém, não deve ser confundida metodologia com métodos. Gerhardt e Silveira (2009) caracterizam a diferença, a metodologia é direção que a pesquisa deve seguir, já os métodos são os procedimentos e técnicas para a elaboração do conteúdo da pesquisa.

Mesmo possuindo o conceito dado pelos referidos autores como distintos, no entanto, são inseparáveis e complementáveis. Torna-se então, um mecanismo que norteará o percurso da pesquisa, ademais, Prodanov e Freitas (2013) ressaltam que, sendo um processo que aplica procedimentos juntamente com técnicas, fica eminente que antes de iniciar o desenvolvimento de uma pesquisa é necessária uma análise prévia que torna a metodologia uma disciplina.

Ao organizar o trajeto entre a ideia e a finalidade do estudo que irá percorrer. O pesquisador ao aderir a metodologia científica, aconselha-se que se liberte do comodismo, pois, é importante a dedicação para encontrar respostas e promover uma pesquisa que seja relevante à realidade.

O conhecimento que se constrói pelo sujeito pesquisador é resultante de um planejamento metodológico bem elaborado para a busca de dados da pesquisa. Quanto mais ocorrer aprofundamento nos estudos mais clara fica a relação entre o sujeito e o objeto de estudo.

Apesar de ser uma ferramenta científica eficaz que conduz o entrosamento entre a teoria e a prática, de nada adianta se o pesquisador não se permitir explorar ao máximo o que a metodologia pode oferecer ao estudo. “Como não somos gênios, precisamos de parâmetros para caminhar na produção de conhecimento” (DESLANDES, 2009, p.16). O ser humano é por natureza curioso e nesse processo para alcançar o saber científico necessita do processo metodológico.

O ser humano é dotado de algo mais poderoso do que qualquer que seja os outros animais que evoluíram, a capacidade de pensar, tendo como uma ferramenta indispensável a mente, a ferramenta fomentada por informações adquiridas pelo conhecimento (RICHADSON, 1999). O desejo de conhecer torna o pesquisador um ser em constante mudança que muda não só o seu individual, mas também o objeto de pesquisa a partir das novas percepções que vão surgindo.

Ao traçar a premissa investigativa no Serviço Social, coloca-se em prova que a evolução da profissão foi devido a um processo teórico e metodológico a partir do movimento de reconceituação o qual permitiu desde então vislumbrar a relação entre sujeito e objeto de acordo com a natureza da pesquisa, pois a relação não é estática, é temporal (SETUBAL, 2013). Destarte, a metodologia orienta, porém, cabe ao profissional usá-la como instrumento de auxílio para identificar e intervir na questão social modificando-a ou transformando sempre que necessário.

Portanto, ao analisar as particularidades conceituais dos autores, é evidente a coerência de terminologia empregada, de forma que, discorrem o valor científico da metodologia direcionada ao resultado. Sendo assim, dar-se-á a importância da metodologia no âmbito do Serviço Social a partir do método de procedimento adotado, o estudo de caso, cujo foi fator importante para identificar a importância do programa de aprendizagem trabalho e cidadania para com os adolescentes do projeto em foco.

2.2.MÉTODO DE PROCEDIMENTO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso é um método de relevância ímpar no universo científico e principalmente na área das sociais aplicadas. Para o Serviço Social o estudo de caso se torna essencial para a interpretação e avanço do conhecimento. Conforme Gil (2008), é um estudo minucioso e atento aos detalhes que permite conhecer o objeto de pesquisa por meio dos fenômenos e situações, tornando-se então, um instrumento atrativo e requisitado pelos pesquisadores sociais.

Na elaboração e interpretação do estudo de caso existe muitos detalhes os quais exigem empenho e foco do pesquisador, porque nem sempre o estudo vai ser conduzido como planejado. Portanto, para conhecer os fenômenos em sua complexidade, o pesquisador deve adotar estratégias para coletar os dados almejados, pois, trata-se de um método reflexivo que apura as especificidades do objeto em questão onde saber ouvir é tão importante quanto observar (YIN, 2001).

Nota-se que, a complexidade do estudo de caso aparta do conceito de técnica específica, pelo fato de se tratar de uma análise totalitária de um ser social e suas relações sociais (GOLDENBERG, 2004). Sendo essa análise advindas de pesquisas que permitem:

Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; explicar variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas [...]. (GIL, 2008, p.58)

Assim, as pesquisas sociais são desencadeadoras de novas descobertas que permitem desvendar a complexidade do objeto de pesquisa e inferir novos conhecimentos. Desse modo, os estudos de caso são muito utilizados pelos pesquisadores sociais das diversas áreas e neste caso pelos profissionais e acadêmicos de Serviço Social para melhor compreender a realidade dos adolescentes que frequentam o projeto.

Dando enfoque ao objeto de pesquisa em questão, cabe analisar como estudo. “O programa de aprendizado, trabalho e cidadania do Centro Educativo Dom Bosco de Ji-Paraná”, esse estudo se torna fundamental para identificar as diversas facetas

da problemática e ao mesmo tempo traçar possibilidades para os adolescentes que estão inseridos no programa.

O estudo de caso é uma ferramenta de pesquisa valiosa a qual foi aplicada para melhor atender a demanda de adolescentes dos cursos de aprendizagem da instituição visto que a demanda é maior que a oferta, com isso, o estudo de caso auxilia na análise para fazer a seleção dos adolescentes de acordo com os requisitos preestabelecido pelo programa.

Esse método, aproxima o estagiário da realidade e o estimula ao desenvolvimento de habilidades e competências para atuação futura enquanto um profissional no seu referido espaço institucional. Pelo fato que, a experiência tida juntamente com o supervisor de campo durante a seleção dos adolescentes, demonstrou que o estudo de caso exige que o sujeito se destitua de estereótipos e tenha um olhar crítico em relação ao objeto para não influenciar a análise.

Assim Richardson (1999) relata que a análise é um processo utilizado para construir, reforçar ou questionar um estudo de caso. Ademais, segundo Fonseca (2002) não se deve intervir no objeto de estudo, mas sim, tentar buscar entender o sujeito enquanto ser social e o ambiente em que está inserido, que no caso em questão, a análise se volta para as expressões da questão social que se manifestam e interferem na vida dos adolescentes do Centro Educativo Dom Bosco.

2.3 TÉCNICAS

As técnicas de coletas de dados são a base na estruturação de uma pesquisa, pois possuem uma funcionalidade investigativa e estratégica diante ao objeto de pesquisa para reter informações. “É tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados [...]”. (LAKATOS; MARCONI 2003, p.165)

Percebe-se que o ato de pesquisar exige resistência e persistência para alcançar o resultado almejado, por vezes, as técnicas utilizadas não proporcionam a

clareza nos dados. Segundo Galliano (1979, p.55), pode-se comparar técnica com tática, já que o pesquisador pode ter que reordenar as técnicas para ter melhor aplicabilidade na coleta de dados, assim como no campo de batalha que o inesperado obriga mudança de tática.

Nem sempre um método é adotado rigorosa ou exclusivamente numa investigação. Com frequência, dois ou mais métodos são combinados. Isso porque nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.36).

São essas situações comuns no campo da pesquisa, inclusive ao se tratar das ciências sociais, onde, o objeto de pesquisa reflete as condições do meio social em que o sujeito está inserido. Com isso, “o instrumental técnico elaborado pelo pesquisador para o registro e a mediação dos dados deverá preencher os seguintes requisitos: validade, confiabilidade e precisão” (GERHARDT; SILVEIRA 2009, p.68-69).

Portanto, a responsabilidade e a cautela são fundamentais diante do uso das técnicas de coleta de dados. Ao referir-se ao Serviço Social e ao campo de estágio “CEDB” e os seus usuários “adolescentes”, denota-se que as técnicas são precisas, no entanto, a forma que são aplicadas exige cautela e postura profissional diante do sujeito, o qual está diretamente ligado com o objeto de trabalho do assistente social.

Para viabilizar a discussão do presente tema recorreu-se às diversas técnicas de coleta de dados entre elas: a observação; entrevista com questionário, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

2.3.1 Observação

A observação é uma característica que deve estar presente em uma pesquisa científica especificamente na coleta de dados. A técnica segundo Gil (2008, p.100), “constitui elemento fundamental para a pesquisa”, entende-se que possui uma função essencial no fazer científico. Assim a observação é definida por Lakatos e Marconi (2003), como uma função recolhadora de informações para obter alcance de uma determinada finalidade.

A observação apresenta abrangência e funcionalidade na coleta de dados. Essa funcionalidade como cita Gil (2008, p.100) se caracteriza “desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e Interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa”. Como elemento essencial não resta dúvidas da relevância do papel que a observação efetivará em uma pesquisa, levando-a para uma possível conclusão, pois perpassa por variados processos em sua construção.

Podemos ressaltar, ainda, que existem investigações em ciências sociais que se utilizam exclusivamente do método observacional. Outras o utilizam em conjunto com outros métodos. E podemos afirmar que qualquer investigação em ciências sociais deve se valer, em mais de um momento, de procedimentos observacionais (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.37).

A observação é uma técnica de caráter investigativo, pelo motivo que, para coletar algum fator contribuinte para pesquisa é necessário observar a importância que o agrega, por isso que o ato de observância é investigativo. Como afirmam Lakatos e Marconi (2003, p.190), essa técnica “é um elemento básico de investigação científica” e também “utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia”.

É a partir da observação que o estagiário ou profissional de Serviço Social irá identificar seu objeto de pesquisa e intervenção, porém, o ato de observar se focalizará na concretização das intervenções, onde terá como objetivo reter o máximo de informações possíveis para a análise dos dados juntamente com os demais métodos e técnicas de coleta.

Logo, a observação é imprescindível para a coleta de informações em tempo real no campo de estágio CEDB, o qual desenvolve trabalhos voltados ao preparo dos adolescentes para a cidadania e para ingresso futuro no mercado de trabalho. O CEDB tem como foco ainda, prevenir a marginalidade retirando os adolescentes de situação de risco.

2.3.2. Entrevista.

A entrevista apresenta uma peculiaridade expressiva ao se tratar da coleta de

dados em tempo real a qual apresenta uma funcionalidade diante da interação entre indivíduos que Ferreira (2001) conceitua de conferência entre dois ou mais indivíduos. Como um instrumento de locução e interlocução entre pessoas, esta técnica obtém exatidão referente a informações a respeito do tema investigado.

A entrevista integra uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, como objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de Interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de Informação (GIL, 2008, p.128).

Nota-se que entrevistar é uma relação de interação entre as partes mesmo que de um lado esteja o argumentador para coletar dados desejados e a outra ser a que dispõe das informações relevantes naquele dado contexto (GIL, 2008). Como diz Richardson (1999, p.207), “em todas as ações que envolvem indivíduos, é importante que as pessoas compreendam o que ocorre com os outros”. Nesse ínterim a compreensão faz parte do indivíduo que busca a interação social com a finalidade de ampliar conhecimentos.

Não se deve deixar de considerar que a forma que o entrevistador direciona as perguntas é um ponto a ser analisado durante a entrevista, de modo que as perguntas devem ser claras, objetivas e compreensivas ao entrevistado. Entrevistar é sempre um desafio posto ao estagiário pesquisador ou profissional visto que é preciso preparo técnico e ético ao lançar-se a este desafio. A entrevista como técnica instrumental do trabalho do assistente social oferece elementos fundamentais para dar respostas às demandas de acordo com as necessidades dos usuários dos serviços sociais.

Uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária [...] A entrevista é importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.196).

Entende-se nesse aspecto que a entrevista é uma vertente entre o pesquisador e o pesquisado, que por meio do diálogo, possibilita a interação social e o acesso as informações necessárias e contributivas para o avanço do conhecimento. Segundo Gil (1989, p.113), essa “flexibilidade é adotada como técnica fundamental de

investigação nos mais diversos campos”, inclusive como ferramenta de trabalho presente no Serviço Social.

Por possuir uma dinâmica de investigação, a entrevista se faz imprescindível no processo de matrícula dos alunos do CEDB, no momento da matrícula que é possibilitado ao estagiário no acompanhamento do profissional assistente social, melhor conhecer a realidade de cada família dos/as adolescentes. As informações mais amplas e criteriosas contribuem para a seleção e ingresso dos adolescentes nos cursos, visto que, a demanda pelo ingresso é maior que a oferta de vagas nos cursos.

Fica evidente a importância da entrevista como instrumento de trabalho do assistente social e também como instrumento de pesquisa para ampliação de conhecimentos dos estagiários, porém é preciso preparo, planejamento para usar de estratégias corretas durante a coleta de dados e assim extrair as informações fidedignas referente aos problemas enfrentados por cada uma das famílias que desejam matricular seus filhos no CEDB. A maioria das entrevistas ocorrem com a utilização de questionários para facilitar a coleta de informações.

2.3.3. Questionário

O questionário é muito usufruído pelos pesquisadores sociais em diversas situações. O questionário é um instrumento de coleta de dados que facilita a entrevista, devido ao objetivo de reter informações por via de perguntas, não deve ser confundido com a entrevista pois esta possui uma particularidade que se remete à oralidade. Já o questionário pode ser também impessoal ou focalizado, e pode ser distribuído ou enviado, e assim como a entrevista possui perguntas abertas, fechadas ou perguntas mistas, porém por si só não se constitui entrevista (GIL, 1989).

O pesquisador deve agir com cautela perante ao questionado e usar mecanismos que atraiam os pesquisados a contribuir com as informações. Assim, as questões devem ser formuladas para atender o objetivo do estudo e também possuir uma linguagem clara ao ponto de ser objetiva para que o pesquisado consiga compreender o que está sendo enunciado. Então, ao elaborar um questionário,

primeiramente é preciso tomar conhecimento da limitação do objetivo da pesquisa (GOLDENBERG, 2004).

Segundo Richardson (1999, p.198), em um questionário é necessário “uma descrição adequada das características de um grupo não apenas beneficia a análise a ser feita por um pesquisador, mas também pode ajudar outros especialistas [...]”. Isto é, os dados coletados pela técnica se tornar uma fonte bibliográfica ou documental que futuramente serão usadas tanto pelos especialistas quanto pelos estudantes.

Mesmo sendo um instrumento de coleta de dados de grande relevância no âmbito científico, o questionário também possui desvantagens assim como vantagens.

Vantagens: Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados; Atinge maior número de pessoas simultaneamente; Abrange uma área geográfica mais ampla; [...] Obtém respostas mais rápidas e mais precisas; Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas; Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador; Há mais tempo para responder e em hora mais favorável; Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento; Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis. Desvantagens : Percentagem [sic] pequena dos questionários que voltam; Grande número de perguntas sem respostas; Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas; Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas; A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente; Na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra; A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização; O desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação; Nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões; Exige um universo mais homogêneo (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.201).

Nota-se que, entre os pontos negativos e positivos, a mediana se sobressai como economia de tempo e questionários inaptos a serem avaliados, devido não estarem preenchidos. Estes fatores são admissíveis e normais, quando preponderantemente se trata de uma pesquisa ou de uma investigação científica, a qual, às vezes, apresentam contratempos que dificultam o processo de elaboração do trabalho científico.

O questionário semiestruturado foi utilizado com os adolescentes matriculados no curso auxiliar administrativo e escritório em geral, regulamentado pela lei do aprendiz -10.097/2000. Sendo o fator principal da escolha do questionário como uma das intervenções, foi tomar o conhecimento da importância que o curso agrega

para os adolescentes. Uma vez que, conhecer os efeitos que um projeto, programa, ou seja qual for o meio da intervenção que impacta ao sujeito, tem a mesma relevância do que conhecer e identificar a demanda.

2.3.4. Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é imprescindível ao se tratar da elaboração de um trabalho científico, independente o gênero da pesquisa. Essa técnica é utilizada para coletar informações de obras já elaboradas e publicadas, seja elas em “boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.183).

Sendo a teoria a base de uma pesquisa científica, a pesquisa bibliográfica permite dar continuidade às pesquisas já publicadas, dado que, a ciência é contínua e progressiva. Em prova disso, o que seria da medicina se os pesquisadores não aprimorassem as descobertas de seus antecessores, e o que seria do Serviço Social se não houvesse pesquisadores que confrontasse os dogmas e estereótipos positivistas e funcionalistas, que a partir de uma revolução teórica, trouxe um novo significado para a profissão do assistente social.

Assim, há uma necessidade de um referencial teórico em uma pesquisa, no entanto, as fontes bibliográficas devem ser confiáveis no que se refere a veracidade de seu conteúdo, ainda mais quando se trata de materiais eletrônicos. Portanto, o pesquisador tem que ficar atento a autenticidade do conteúdo, pois, tanto pode ser uma fonte inconsistente como uma réplica de conteúdo de outros autores sem a devida referência bibliográfica (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisar e quer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2008, p.50).

Verifica-se que, a presente técnica é vantajosa quando o pesquisador não tem a possibilidade de coletar as informações de modo primário, seja pela falta de tempo

ou pela impossibilidade de interagir diretamente com o campo devido à distância, porém em toda pesquisa é imprescindível recorrer às fontes bibliográficas confiáveis. Assim, torna-se prático esse método de pesquisa, o qual permite explorar, investigar, conhecer sobre o assunto em sua amplitude.

Para obter uma pesquisa eficaz é necessário explorar fontes diversas que estejam disponíveis em acervos e que coloca em contato, o pesquisador com tudo que já foi escrito e elaborado por diversos autores sobre o assunto escolhido (LAKATOS; MARCONI, 2003). Desse modo, a pesquisa bibliográfica se divide em etapas que permite uma estrutura de sentido lógico para a pesquisa.

Quanto às etapas da pesquisa bibliográfica, destacamos, aqui, alguns itens essenciais que se caracterizam como etapas imprescindíveis para a realização da pesquisa bibliográfica: escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório do assunto; busca das fontes; leitura do Material; fichamento; organização lógica do assunto; redação do texto (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.55).

É visível o grau de relevância dessa técnica, a qual está presente desde a formulação da hipótese até a conclusão da pesquisa, visto que, a pesquisa bibliográfica permite ressoar uma comunicação entre objetivo da pesquisa e a fundamentação teórica (GALLIANO, 1979).

A comunicação se constitui neste caso, àquela vivenciada pelo acadêmico durante o estágio, pois, é o momento que a teoria debatida no espaço acadêmico se materializa na prática, onde seus efeitos serão abordados no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, cujo resultado é fruto da fundamentação teórica, experiência de campo e delimitação do objeto de pesquisa.

2.3.5. Pesquisa Documental

O que caracteriza a pesquisa documental são as fontes de coletas de dados restritas a documentos, “escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.174). Assim, a pesquisa documental a partir de suas fontes primárias, permite os pesquisadores usá-la como base para vislumbrar novos fatores que incidirá sob os dados documentados.

Por possuir a característica de coleta de dados, assim como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental torna-se semelhante no que tange o meio de procedimento e não o modo, pois as suas particularidades referem-se a origem das fontes coletadas. Sendo que, a pesquisa bibliográfica possui caráter secundário, pelo fato de estar interligada a outras fontes bibliográficas, como exemplo: livros e revistas. Já a documental, advém de fontes diretas sem passar por um processo de análise com contribuições de demais autores (HEERDT, 2007; GIL, 2008).

[..] fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas - podemos apresentar um quadro que auxilia a compreensão do universo da pesquisa documental. É evidente que dados secundários, obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses, cuja autoria é conhecida, não se confundem com documentos, isto é, dados de fontes primárias. Existem registros, porém, em que a característica 'primária' ou 'secundária' não é tão evidente, o mesmo ocorrendo com algumas fontes não escritas. Daí nossa tentativa de estabelecer uma diferenciação (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.176).

Observa-se que, há necessidade de desmistificar a característica entre ambas pesquisas devido as peculiaridades que cada uma possui. Pois, pode ocorrer de se deparar com uma pesquisa que o caráter de sua fonte não demonstra uma evidencia clara, sendo assim, cabe o pesquisador se atentar no que tange a diferenciação. Ao pesquisar por via fonte documental, o pesquisador se deparar com diversas vantagens, pelo fato de, além de ser uma “fonte rica e estável de dados [...], outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo” (GIL, 2002, p.46-47).

A análise de um documento, resulta-se viável e de grande valia quando o pesquisador não tem disponibilidade de tempo para fazer a pesquisa de campo e nem recurso financeiro para o custeio. Porém, em contraposto a essa viabilidade, há críticas referente a esse tipo de pesquisa, de maneira que, por não ter o contato direto com a pesquisa, por ser documental, uma interpretação secundária, a pesquisa documental torna-se subjetiva. Dito posto, torna-se necessário que o pesquisador se sobressaia perante as dificuldades e garanta a representatividade (GIL, 2002).

Como profissão interligada diretamente com o sujeito e suas relações sociais, o Serviço Social não somente utiliza a pesquisa documental como também a elabora. O diário de campo é uma dessas fontes de registro de dados que posteriormente será um documento a ser acessado para as análises e intervenções do estagiário assim

como para a sistematização do conhecimento do TCC, parecer social, relatórios, entre outros.

[...] um registro das práticas realizadas nos campos de estágio possibilita o mapeamento consciente da experiência, uma visão alargada e sequenciada do que foi realizado. Permite uma leitura densa, profunda e pessoal dos eventos assistidos. Narrar o que experienciamos é fundamentalmente um exercício reflexivo, pois, permite assistir de forma retrospectiva o modo de atuar. A escrita nos traz condições para identificar, na complexidade da ação, as informações disfarçadas, os saberes que se revelam e se escondem, a multiplicidade e complexidade dos sentidos construídos e partilhados por aqueles atores culturais (KHAOULE; EUZEBIO, 2013, p. 275)

O diário de campo é instrumento de registro de experiências e observações tida em um determinado espaço investigativo. Com sua característica de identificação de uma realidade, torna-se possível ao estagiário, um ponto de partida para fazer uma análise mais intensa e específica ao objeto de estudo. Outra fonte de dados documentais foi o sistema de rede SIGAR/RSB- Social (Sistema de Gestão e Animação da Rede Salesiana Brasil de Ação Social), o qual contém informações tanto dos adolescentes quanto dos projetos em exercício no CEDB, este permitiu acesso aos dados dos usuários do programa de aprendizagem, trabalho e cidadania.

2.4. MÉTODO DE ANÁLISE DIALÉTICO

Antes de ser considerado um método de análise científica, há muito tempo, a dialética foi um conceito construído e desconstruído sob adversos vieses filósofos no decorrer da história. Outrora, o que se caracteriza consensual diante as concepções dos antigos filósofos é a contradição que a dialética possui diante o material e o imaterial, que de acordo com uma antiga concepção Platonista, a dialética se constitui pela arte do diálogo (GIL, 2008).

Já “na acepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p.7-8). A modernidade trouxe novos pensamentos sobre a dialética, introduzindo uma perspectiva idealista e positivista, sendo esta ainda defendida por alguns autores e criticada pela teoria de Marx e Engels a qual nega a inexistência do materialismo na dialética (GIL, 2008).

Observa-se que a dialética que Marx defende destoa do idealismo, pelo fato de acreditar que o indivíduo faz parte de um processo materialista histórico onde pode se transformado de acordo com a sua necessidade de adaptação, em outros termos, o homem é transformado pelo modo de produção do trabalho. Por isso, a teoria Marxista se faz importante ao ponto de ser dotado como método de análise nas ciências sociais, inclusive no Serviço Social, pois, a realidade social de um indivíduo ou grupo faz parte de fatores externos e não exclusivamente individual.

Conforme Marx (2013, p.23), “a lógica não se identifica à ontologia, o pensamento não se identifica ao ser. A consciência é consciência do ser prático-material que é o homem”. Nessa perspectiva, a especulação se torna inapta, em razão da necessidade de buscar modificar a realidade do sujeito e não culpá-lo por estar na presente realidade. Assim a dialética permite verificar a construção e a configuração de cada fenômeno até sua configuração atual.

O método dialético parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Nesse tipo de método, para conhecer determinado fenômeno ou objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.35).

Em vista das características da dialética, comprova-se a importância e o valor científico que esse método de análise proporciona ao Serviço Social já que, é um método inerente à profissão desde o processo de formação na universidade até a atuação como assistente social. Torna-se, portanto, uma ferramenta de pesquisa propícia para o debate crítico sobre a realidade das políticas públicas, sejam elas, sociais ou educacionais no Brasil. A dialética permite, analisar também a relação do trabalho e aprendizado bem como as contradições entre capital, trabalho e educação profissionalizante no Brasil.

A dialética nos permite ampliar a visão das contradições que envolvem a sociedade e assim melhor compreender as expressões da questão social que incidem na vida das famílias e dos adolescentes que frequentam o CEDB.

Dessa forma, a dialética permitiu conhecer não somente o objeto de estudo em questão, mas também todo o cenário social envolvente em que ao adolescente estão inseridos. Logo, coloca-se a prova o porquê que o referido método de análise é tão importante no fazer profissional do assistente social e também na formação de futuros profissionais os quais precisam ser críticos e possuir visão ampla do contexto histórico social em que se inserem os usuários dos serviços sócio assistenciais.

CAPITULO III

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO.

3.1. CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA

A adolescência pelo fato de se tratar de um processo de desenvolvimento físico, biológico e psicológico, esta é considerada uma fase conturbada do ser humano. A fase da adolescência se caracteriza ainda, por uma fase de amadurecimento e pertencimento enquanto ser na sociedade (FERREIRA, 2001). É um momento da vida em que o sujeito se vê em meio a uma transição entre a infância e a fase adulta e este se torna um estrangeiro em relação ao seu próprio corpo, essa ruptura com a infância causa uma estranheza, já que a puberdade e a sexualidade são processos de auto reconhecimento (BEMFICA, 2018).

O conceito de adolescência foi dinamizado há pouco tempo, levando-se em consideração todo o contexto histórico da humanidade. Mesmo que haja retratações dos pioneiros da filosofia como, Sócrates, Aristóteles e Platão, sobre a fase de transição para a vida adulta a qual se equipara com o conceito de jovem na atualidade, não haverá distinção entre cada fase, mas sim, observações de um fenômeno conhecido como juventude e suas demonstrações de vitalidade (DAVIM; GERMANO et al, 2009).

Foi a partir do século XIX que a adolescência passou tomar maiores proporções no que tange suas características e peculiaridades entre a fase infantil e a adulta. Durante a idade média, independentemente de sua idade, os adolescentes eram vistos como crianças até serem considerados adultos (PIROTTA, 2006).

O fim do século XIX e a primeira parte do século XX viram a invenção do conceito que agora chamamos de adolescência. Entre 1890 e 1920, inúmeros psicólogos, reformadores urbanos, educadores, jovens trabalhadores e conselheiros começaram a desenvolver o conceito. Naquela época, os jovens, especialmente os meninos, eram vistos cada vez mais como passivos e vulneráveis- qualidades anteriormente associadas apenas às adolescentes do sexo feminino (SANTROCK, 2014, p.37).

A materialização do conceito de adolescência adveio juntamente com um novo olhar, uma caracterização, um reconhecimento no que se refere à vulnerabilidade intrínseca a essa fase da vida do ser humano, por isso, desde então, houve uma atenção aos adolescentes. Conforme Pirotta (2006), essa vulnerabilidade não é somente a questão física, mas também psíquica “imaturidade” e social, pelo fato da adolescência eclodir uma sensação de liberdade. Há uma possibilidade de o adolescente ser influenciado ou até mesmo se colocar em uma situação de risco, já que a tal liberdade emerge um instinto aventureiro na maioria dos casos.

Além dos fatores já enumerados que caracterizam essa fase, há também um processo de mudança social na vida desses sujeitos. A construção histórica do conceito “adolescente”, torna-se possível através da dinâmica deste como ator social diante da sociedade envolvente. Nesse interim, deve levar em consideração os determinantes culturais que envolvem a concepção de adolescência, ou seja, conforme Pirotta (2006), a relação etnográfica, pois em determinadas culturas o início da puberdade torna-se uma passagem para a vida adulta.

Segundo Bock (2007, p.67), “um homem que está situado no tempo histórico e que terá sua constituição psíquica determinada por essa condição. A relação indivíduo sociedade é vista como uma relação dialética, na qual um constitui o outro”. Portanto, os fatores determinantes em torno da fase da adolescência não são universais, pois, há uma relação de movimento contínuo de mudanças entre indivíduo e a sociedade a qual ele pertence. Essa determinação do tempo entre a adolescência e a vida adulta vai depender então do contexto social em que este pertence.

Dessa forma, a adolescência como qualquer outro conceito ligado ao ser humano, se caracteriza a partir do conceito cultural e social que se insere e ainda depende essencialmente da subjetividade intrínseca de cada um e os fatores sociais que interferem. Assim, conforme Bock (2007) e Koller, (2002), a adolescência como uma construção social, deixa-se de ser uma fase natural do homem e passa-se a ser um fenômeno social identificado na medida em que a sociedade se modifica. Nesse sentido,

A Organização Mundial da Saúde circunscreve a adolescência à segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos). A lei brasileira considera adolescente a faixa etária de 12 a 18 anos. Há aqui um descompasso entre a fixação etária do Estatuto da Criança e do Adolescente e a da Organização Mundial da Saúde, também adotada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2007).

Denota-se que, ainda há variações no que se refere à faixa etária da adolescência, todavia, o que é consensual são os cuidados que a faixa etária requer no sentido de passar por ela de forma mais equilibrada possível. Além do quesito idade, o fator temporal é necessário para focalizar a lei de proteção, a qual no Brasil se dispõe por via do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, prevê uma proteção integral por meio de amparo, orientação e a punição se necessário for.

Além de considerar adolescente a pessoa com idade entre doze e dezoito anos. Dentre as disposições de proteção ao adolescente, o ECA prevê em seu art. 4º: que,

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Nota-se que, mesmo sendo uma fase que se inicia diante a ruptura com a infância, o adolescente, assim como a criança, é tutelado sob responsabilidade de proteção da família, sociedade e Estado. Como preza o ECA, o adolescente é um sujeito vulnerável e nesta fase é ainda mais exposto aos riscos do que durante a infância. Segundo Becker (2017), essa vulnerabilidade está ligada não somente a adolescência em si, mas também a vários fatores gerados por uma sociedade contraditória.

Destarte, essa fase da vida humana, na contemporaneidade, vem sendo objeto de estudo por profissionais da área da saúde e das ciências sociais, devido à complexidade e a intensidade que a fase manifesta em diversos aspectos. Na medida em que a sociedade se modifica, a exigência e as dúvidas no mundo adolescente tomam maiores proporções e, com isso, a ansiedade e depressão vem sendo um mal que fragiliza e assombra muitos adolescentes independentes de sua classe social.

O adolescente sente-se ameaçado pelas grandes alterações que lhe estão a acontecer: no seu corpo, que não controla, na relação com os pais, em que os conflitos de dependência/autonomia são constantes, nos receios que sente em relação às suas competências sociais, escolares e na relação com os pares (BRITO 2011, p.208).

Posto isso, observa-se a necessidade de uma atenção maior aos adolescentes, devido estarem expostos a uma sociedade que demanda respostas aceleradamente e, conseqüentemente, coloca-os em uma situação de autocobrança para atender as expectativas impostas, seja no seio familiar ou em qualquer outro grupo social.

É uma fase caracterizada pelo aumento das responsabilidades sociais, familiares [...]. Pode ser considerada como um período de grande aprendizagem de normas, conceitos sociais e morais, mesmo que às vezes sejam contrariados e violados no sentido da experimentação dos limites. Também é uma fase de acentuadas mudanças biológicas e hormonais, que proporcionam, muitas vezes dúvidas, inquietação e mudanças de comportamento em relação aos pares sociais (amigos) e família (BAPTISTA; BAPTISTA et al, 2001, s/p).

Diante de um turbilhão de informações e de decisões a tomar, a família como o primeiro grupo social em que o ser humano se insere, torna-se uma categoria a ser analisada em sua relação com o adolescente. Segundo Cano (1997), além da adolescência ser uma fase complicada, a falta de estrutura familiar, recursos econômicos escassos, falta de conforto, fragilidade na confiança e pouca afetividade acarretam diversos outros problemas.

O apoio familiar é sem dúvida indispensável para o desenvolvimento positivo do adolescente, assim como a escola. No entanto, a falta de diálogo e de monitoramento dos pais, não deve ser pautada de maneira generalizada como irresponsabilidade, pois, a rotina que o trabalho emprega, por vezes, ocasiona uma incompatibilidade com os horários que seus filhos não estão na escola. Além disso, nem sempre os pais e professores estão preparados para orientar os adolescentes no que precisam (DAVIM; GERMANO et al 2009).

Por conseguinte, o desenvolvimento do adolescente pode ser prejudicado, não somente pela falta de apoio e orientação familiar, mas, também, por não ter a oportunidade de desfrutar a fase da adolescência propriamente dita, pelo fato de adentrar precocemente no mundo do trabalho chegando até mesmo ao abandono escolar.

Em vista disso, a metamorfose do “adolescer” perpassa em meio a muitos conflitos, cujos fatores econômicos impactam os fatores sociais e determina como será a adolescência dos jovens. O que se entende é que, quanto menor a renda familiar do adolescente, mais precoce torna-se seu ingresso na vida adulta, pois a responsabilidade, a necessidade de complementar a renda familiar e a vontade de desfrutar da adolescência, ocasiona uma crise psicológica por não assimilar todas as mudanças pelas quais passa (BECKER, 2017).

Portanto, a desigualdade social é fator determinante para a vulnerabilidade, pois gera problemas financeiros e afeta a autoestima ocasionando conflitos entre os familiares. Por ser um determinante social, o trabalho remete suas refrações na vida do ser humano e conseqüentemente ocasiona uma preocupação precoce nos jovens tanto referentes à questão emergencial (trabalhar para não adentrar em situação de extrema pobreza) quanto para o futuro (buscar profissionalização para o mercado de trabalho).

A necessidade de sobrevivência econômica se sobrepõe à questão humana e educativa e essa responsabilidade em uma fase ainda sem maturidade as vezes é condição também para a marginalidade.

3.2. ADOLESCÊNCIA: EDUCAÇÃO E TRABALHO.

A adolescência além de ser uma fase repleta de desafios, dúvidas e transformações, ela se agrava nas famílias com poder aquisitivo mínimo ou nenhum. O adolescente se vê obrigado a encontrar meios de sustento seu e muitos casos de seus familiares, porém não possui o preparo e nem qualificação para adentrar o mundo laboral. Além de não possuir habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho contemporâneo, o adolescente legalmente não está apto a adentrar o mundo do trabalho, a não ser na condição de aprendiz.

Para que o aprendiz se qualifique para uma vaga em uma empresa ou instituição precisa de acesso à educação e a cursos que o preparem. Em tempos mais

remotos a educação e preparação para o trabalho era transmitida de geração a geração,

[...] nas sociedades tribais a cultura global é transmitida de maneira informal pelos adultos, atingindo todos os indivíduos. Nas sociedades mais complexas, porém, com o passar do tempo, a educação formal assume um caráter intelectualista cada vez mais distanciado da atividade concreta, destinando-se apenas à elite. As demais classes têm preteridas a sua formação, considerada desnecessária porque a elas é destinado o trabalho braçal (ARANHA, 1996, p.15).

Observa-se que, a aprendizagem não é transmitida somente de forma institucionalizada, mas também, para a manutenção da cultura em sociedades do passado e hoje ainda em tribos que preservam a cultura dos antepassados. Já em contraposto, nas sociedades mais complexas em que a aprendizagem possui um valor materializado e determinante na vida do homem, a educação, torna-se um sinônimo de profissionalização que intensifica a divisão de classes, e se remete a contradições e ambiguidades.

Todavia, a educação deveria ser um processo sequencial de aprendizagem e formação sem distinção de classes a qual conduziria o sujeito desde o ensino básico até uma formação profissionalizante, de modo que, o ponto de partida ao acesso aos postos de trabalho não seria tão desleal (GRAMSCI, 1982). Porém, tratando-se de um sistema produtivo capitalista, a sua ferocidade ocasiona uma divisão social na educação, como ocorre desde o século XIX quando a educação profissionalizante se torna um fator determinante de acesso ao mercado de trabalho no Brasil (MOURA, 2007).

No Brasil, a educação profissionalizante tem se tornado um refúgio para as famílias de baixa renda e uma ferramenta de desenvolvimento econômico para o Estado. Conforme Iamamoto (2010), diante de uma lógica capitalista em que os conceitos em torno do trabalho e da educação há um fetichismo, ou seja, ao mesmo tempo em que ressoa como uma oportunidade certa no âmbito do trabalho torna-se uma falácia do capital para qualificar a mão de obra do trabalhador e, conseqüentemente, agregar melhor desenvolvimento no processo de produção.

Logo, essa ideologia englobada na educação profissionalizante reproduz um argumento de seguinte forma, - na medida em que o indivíduo aumenta seu conhecimento e aprimoram suas habilidades, maiores serão suas oportunidades de ocupar os postos de trabalho (BATISTA, 2019). Entretanto, o elevado índice de desemprego se contrapõe a essa ideologia, pois, o acesso ao emprego não será um direito alcançados por todos (DOURADO; PARO 2001).

3.2.1. Educação Profissionalizante no Brasil.

A educação para o trabalho tem marcas indelévels na História do Brasil, donde suas marcas vieram desde o período colonial quando os jesuítas tinham a missão de educar por meio da catequização os indígenas para torná-los mais dóceis para o trabalho, sendo então uma maneira pacífica de alienar os indígenas para o trabalho escravo. Além de catequizar os povos nativos, os jesuítas também instruíam os filhos dos colonos a ler e a escrever (ARANHA, 1996)

Nota-se que, desde o período colonial, há discrepância no que tange à funcionalidade da educação, pois nesse período não era relativo somente à questão econômica, mas, também, cultural. Porquanto, “já é possível identificar o início da separação entre os ensinamentos destinados à elite (homens livres e brancos) [...], e à classe não-proprietária [sic] dos meios de produção (escravos, negros e índios)” (NÓBREGA; SOUZA, 2015, p.268).

Desse modo, a dualidade já estava expressa na relação educação e trabalho, sendo que, enquanto os jesuítas preparavam os indígenas, os negros e seus filhos para o trabalho, também, preparava os filhos dos colonos para serem futuros senhores e proprietários dos meios de produção. Todavia, segundo Moura (2007), mesmo possuindo uma relação entre aprendizagem e trabalho, coagindo a divisão de classe, o que se entende atualmente ser educação profissionalizante surge somente a partir do século XIX.

Em 1816, a criação da Escola de Belas Artes com o objetivo de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios a serem realizados nas oficinas mecânicas; em 1861, a criação do Instituto Comercial no Rio de Janeiro, para ter pessoal capacitado para o preenchimento de cargos públicos nas secretarias de Estado; nos anos 1940 do século XIX [sic] , a

construção de dez Casas de Educandos e Artífices em capitais brasileiras, sendo a primeira em Belém do Pará; em 1854, a criação de estabelecimentos especiais para menores abandonados, chamados de Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos que ensinavam as primeiras letras e encaminhavam os egressos para oficinas públicas e particulares, através do Juizado de Órfãos (MOURA, 2007, p.6).

Assim, o conhecimento sobre educação profissionalizante adveio com a criação de escolas especializadas, as quais se dividiam em formação intelectual e preparação para ofícios manuais. Sob os vieses funcionalistas e positivistas, o Estado acolheu os menores em situação de rua por meio de entidades filantrópicas em prol da manutenção da ordem, já que, eram vistos como uma mancha na imagem do Estado (NOBREGA; SOUZA, 2015; MOURA, 2007).

Por conseguinte, a contradição em torno da inclusão social já estava presente no século XIX de forma recôndita que soava auspiciosa diante da população pobre pois tratava-se de uma estratégia do capitalismo que ao mesmo tempo que se reconfigurava para manter a ordem do sistema, também mantinha a reputação de um Estado preocupado com os desvalidos, contradição essa que tomou novas formas no século seguinte.

Diante de uma nova sistematização da educação voltada aos influxos industriais na primeira metade do século XX, tornou-se necessário, uma educação técnica-profissional a qual teria a função de preparar e qualificar os trabalhadores para indústria, já que, devido ao momento conturbado gerado pela 2ª guerra mundial, a elite industrial brasileira já não podia recorrer à mão de obra profissional estrangeira, por causa disso, houve a necessidade de criar escolas técnicas, as quais foram criadas a partir do decreto-lei 4.048, de 2 de janeiro de 1942, sendo elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (ROMANELI, 1990).

Posto a uma nova demanda industrial, o sistema educacional brasileiro se organizou para atender paralelamente, tanto a elite, classe alta e média, quanto à classe popular. De modo que, independentemente de qualquer crise, o sistema industrial havia uma hierarquia de funções e operações que demandava não somente a mão de obra de trabalho meramente braçal, mas, também, uma formação prévia

para aqueles que seriam inseridos no processo de produção e uma qualificação para os que já estavam inseridos (ROMANELI, 1990).

A partir de então, a formação profissional dos trabalhadores passou a ser um dos fatores determinantes ao acesso ao trabalho no Brasil. Como um novo divisor de classes, as escolas profissionais surgem para integrar os trabalhadores a uma nova dinâmica no processo de produção, pois, “a multiplicação de tipos de escola profissional, [...] tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática” (GRAMSCI, 1982, p.137).

Nesse sentido dava a impressão que o acesso ao trabalho e a educação profissional estava disponível a todos e bastava somente a vontade de cada cidadão e cidadã em participar. Posto isso, cabe ressaltar que o posicionamento de Gramsci (1982) diante o advento dessas escolas, está defronte a uma análise sobre a nova demanda que a indústria havia gerado na Europa, logo, essa dinâmica foi mundial para impulsionar a produção, porém, teve mais impactos nos países de economia periférica como o Brasil.

[...] o movimento desigual de oferta e acesso educacional pode estar sendo funcional, se observado à luz do modelo da mais-valia. Apresentando variações nos mecanismos de extorsão de sobre trabalho, o capitalismo requer também uma força de trabalho que seja compatível com os modelos de exploração adotados (DOURADO; PARO 2001, p.110).

Destarte, a educação profissionalizante surge para integrar o homem a um movimento tecnológico para gerar mais lucro, gerando uma divisão não somente referente ao seu acesso, mas, também, no próprio sentido da palavra, dado que, para alguns, a profissionalização ressoa como uma forma de ascensão social, para outros, como inclusão social, como uma alternativa de sobrevivência.

[...] essa visão dual ou fragmentada expressa-se, historicamente, desde a Colônia, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, na separação entre a educação geral, como preparação para os estudos superiores, e a preparação imediata para o mercado de trabalho, funcional às exigências produtivas (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.28).

Assim, a relação entre educação e trabalho juntamente com a desigualdade social, refere-se a uma relação histórica que se transforma com o passar do tempo de

acordo com as novas demandas do capitalismo. Dado isso, a partir da criação das escolas profissionalizantes, travou-se uma verdadeira corrida para se alcançar o mercado de trabalho, sendo a educação, revestida de uma dualidade diante as classes, um fator determinante e divisor de classes (CIAVATTA; RAMOS, 2011).

Desde os anos 30 o rumor de emancipação da classe trabalhadora lançada pelo Estado, com pressão da elite industrial, por meio da educação voltada ao trabalho, forma-se uma pedagogia de competitividade entre os trabalhadores, a qual perdura até os dias atuais. Todavia, trata-se de um cenário composto pelo desemprego estrutural e aumento de trabalhos informais, onde a democracia não faz jus a uma cidadania ativa, além disso, a qualificação, a profissionalização, não é garantia de emprego (FRIGOTTO, 2001).

Portanto, na medida em que há um enxugamento de mão de obra no mercado, conseqüentemente, há uma maior exigência no que se refere à qualificação profissional para aqueles trabalhadores que ainda estão efetivos em seus postos de trabalho, para aqueles que desejam voltar e também para os jovens e adolescentes que desejam ingressar pela primeira vez. Desse modo, crava-se uma disputa interna na classe trabalhadora para ter o direito ao trabalho (IAMAMOTO, 2010).

Em diversos momentos históricos em termos mundiais assim como também no Brasil as exigências para a educação e o mundo trabalho se alteram visando atender às demandas do capital.

3.3. O TRABALHO NA SOCIEDADE ATUAL.

Diante de um cenário sistemático capitalista que toma novas proporções com o passar do tempo, o mundo do trabalho requer uma análise temporal para tomar conhecimento da dinâmica que o capitalismo influi diante da classe trabalhadora. Ao focar a realidade brasileira, observa-se que, os anos 30 e 40 foram décadas que marcaram tanto a produção do capital quanto a reprodução social sendo a década de 40 marcada não somente com o advento das escolas profissionalizantes como também a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nesse interim, marca-se a contradição em torno dos direitos sociais trabalhistas, já que, ao mesmo tempo em que o Estado, liderado pelo então presidente Getúlio Vargas, era pressionado pelas economias centrais a se desenvolver economicamente, também havia a necessidade de um amparo aos trabalhadores, porém, a regularização da proteção social aos trabalhadores foi uma estratégia de apaziguar as pressões sindicalistas e demonstrar para o mercado externo de maneira ilustrativa que o Brasil era um país que estava caminhando a passos largos ao desenvolvimento econômico e social (DEDECCA, 2005).

Destarte, o Estado se beneficia da proteção social por meio de uma falsa regularização de uma cidadania para controlar o mercado interno, em outros termos, remete-se a uma cidadania abstrata em que o conceito de “proteção social” se torna superficial, burocrática e sem o valor efetivo necessário para atender a demanda (JUNCA, 1996). Logo, observa-se que, independentemente de qual década se trata o trabalho no Brasil, no que se refere a proteção social, o Estado sempre manteve seus interesses econômicos à cima do social.

A história do trabalho no Brasil é suficientemente perversa para produzir, ainda hoje, um quadro desfavorável de estruturação do mercado nacional de trabalho. O processo de industrialização 1930-90 não resolveu os problemas estruturais desse mercado. A política atual de reestruturação econômica tem agravado rapidamente tais problemas. Pode-se afirmar que esses problemas não decorrem de uma possível efetividade da regulação social. Ao contrário, eles são determinados pela recorrência de uma posição política conservadora no Brasil que manteve sob aciccate a regulação social (DEDECCA, 2005, p.109).

O sistema capitalista gera lucro justamente por meio de sua contradição diante ao trabalho (MARX, 2013). A qual gera um desequilíbrio social e impacta com maior severidade aos países economicamente subdesenvolvidos como o Brasil.

Não há como se desenvolver sob o capitalismo um crescimento equilibrado e sem problemas. O aumento de produtividade não tem levado a uma expansão da produção que crie também uma expansão do emprego capaz de absorver, pelo menos, boa parte da mão-de-obra expulsa do sistema produtivo. Da mesma forma que há um aumento substancial de produtividade, as transformações tecnológicas e organizacionais aceleram a crescente dispensa de mão-de-obra (PINO, 2000, p.68).

Portanto, a produção capitalista posta a um sistema global de inovações tecnológicas tende a enxugar progressivamente a mão de obra numa lógica de maior produção sob menor custo trabalhista (PINO, 2000, p.68). Todavia, já que o aumento da pobreza se torna algo consequencial, ao se adequar as inovações do sistema produtivo, o Estado deve projetar uma resposta por via regulação social para minimizar os efeitos inevitáveis, porém, vista-se que, o histórico da proteção social brasileira é de pouca eficiência e fragmentada.

Sob o auge do desenvolvimento industrial urbano brasileiro a partir do final da década de 40, houve um aumento de empregos formais, no entanto, concomitantemente, também houve um aumento da desigualdade social. Devido a previdência social amparar somente os trabalhadores formais urbanos, deixando desamparados os trabalhadores rurais que foram forçados ir em busca de empregos nos grandes centros urbanos (MATTOSO, 1999).

Somente na década de 60 foi constituído, por intermédio de legislação, o fundo próprio de assistência médica e de assistência e aposentadoria para trabalhadores rurais (Funrural), imediatamente à unificação dos fundos de aposentadoria e pensão para empregados urbanos (Instituto Nacional de Previdência Social) (POCHMANN, 2004, p.12).

A partir de uma regulamentação tardia da legislação previdenciária voltada aos trabalhadores do campo, comprova-se o quão é fragmentada a proteção social no país. Como foi debatido nos tópicos anteriores, a partir da década de 30 o mercado de trabalho passou a exigir qualificação profissional que acarretou uma disputa interna na classe trabalhadora. Defronte à presente conjuntura, os trabalhadores rurais destituídos de uma educação profissional, por vezes, analfabetos e espoliados do campo, elevou o nível de desigualdade social urbana.

A força de trabalho é manipulada e os excedentes de trabalhadores não absorvidos pelo mercado de trabalho, aglomeram-se de modo estrutural o desemprego (POCHMANN, 2008). Desse modo, a massa de trabalhadores excluídos do direito ao trabalho no Brasil, mesmo com a volta da democracia sob pressão popular nos anos 80 que resultou da então conhecida constituição cidadã de 1988, os trabalhadores ainda não usufruem dos seus direitos sociais previstos (COCCO, 2000).

Na década de 1990, o cenário do país mostra um amplo processo de desestruturação do mercado de trabalho, que, mesmo sem ter conseguido atingir certo grau de homogeneização em períodos anteriores, tem agravada sua situação de heterogeneidade nessa década. [...] a forma como o país se inseriu no processo de internacionalização do capital, priorizando a dependência dos recursos externos, que tornou o Brasil vulnerável e subordinado aos ditames do capital financeiro internacional, provocou também um desestímulo aos investimentos produtivos, pois as aplicações financeiras com rentabilidade superior e mais rápida representam a possibilidade de maiores lucros para o capital (LIRA, 2002, p.145).

Mais uma vez o trabalho no Brasil sofre as refrações sociais devidas o país aderir à política econômica de países centrais, sem ao menos ter uma economia estável e uma efetiva regulação social. “A reestruturação dos anos 90 imprimiu uma nova dinâmica à economia e ao mercado de trabalho. O movimento tradicional de informalidade foi complementado pelo desemprego” (DEDECCA, 2005, p.110). Cenário esse que perdura até a contemporaneidade, apesar do século XXI ser marcado por uma política de esquerda entre 2004-2016, mesmo contendo períodos de geração de emprego e renda, a regulamentação da proteção social não obteve efetivação contínua (MATTOS, 2016).

Devido à descontinuidade da geração de renda. A atual conjuntura do mercado de trabalho causa preocupação em todas as faixas etárias de trabalhadores, inclusive aos jovens que tem a expectativa de se inserirem ao mercado de trabalho mesmo tendo ciência de ser altamente seletivo. Além disso, a informalidade tornou-se então opção de sobrevivência aos destituídos do mercado de trabalho formal e com isso remete uma abstração em torno do trabalho e cidadania.

A política neoliberal absorve uma parcela mínima das demandas sociais, criando-se uma cidadania abstrata cujo conceito de cidadania não faz jus a realidade de milhares de trabalhadores espalhados pelo Brasil (JUNCA, 1996). Conseqüentemente, o não acesso ao trabalho, não só impacta a renda familiar como também inviabiliza outros direitos sociais regidos pela Constituição Federal de 1988-CF/88 (BRASIL, 2016), como exemplo, o direito ao lazer e a moradia como consta no seu art.6º.

Portanto, há um agravamento das expressões da questão social, em outros termos, há uma reconfiguração do que já foi presente no país nos anos 90- 2000. Em que as “[...] altas taxas de desemprego são acompanhadas da crescente insegurança

e precariedade das novas formas de ocupação. A flexibilização da força de trabalho (contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização, etc.)” (SEGNINI, 2000, s/p).

Isto é, além da intensa seletividade, segregação de trabalhadores e precarização do trabalho, como não o bastante, ainda, consta-se um cenário de insegurança para os trabalhadores empregados, pois, não há estabilidade no emprego, de modo que, o empregador não vê necessidade de segurar um trabalhador por muito tempo e muito menos aumentar o salário, já que há um alto índice de trabalhadores desempregados dispostos até mesmo vender sua força de trabalho a baixo custo para manter a reprodução social familiar.

Já no que concerne à disputa ao mercado trabalho, a formação profissional se torna inerente, no entanto, assim como fora a partir dos anos 70, a realidade distorce o discurso de que profissionalização é garantia de emprego, em prova disso, há um crescimento do desemprego de trabalhadores escolarizados, ou seja, qualificados para os referidos postos de trabalhos os quais foram destituídos (SEGNINI, 2000). Sendo assim, observa-se mais uma prova que a essência do sistema capitalista diante ao trabalho não muda, mas, se reconfigura com o passar do tempo.

[...] a educação sai da esfera do direito social e passa a ser uma aquisição individual, uma mercadoria que se obtém no mercado segundo os interesses de cada um/a e a capacidade de cada um/a obter o que quiser. O mercado é uma narrativa mestra no discurso educacional. Os propósitos econômicos do ensino se sobrepõem aos propósitos sociais e culturais. Como havia dito anteriormente, a desregulamentação das relações econômicas vem sendo acompanhada da desregulamentação dos direitos sociais. A educação é um bom exemplo deste processo. No Brasil, isto tem significado mudanças importantes na Constituição da República, que vêm acompanhadas de uma propaganda que relaciona direitos com privilégios. A título de eliminar privilégios, os direitos sociais e trabalhistas são combatidos e gradativamente eliminados da relação entre capital e trabalho e da relação entre estado e cidadão (PINO, 2000, p.80).

Esse discurso sobre a profissionalização apregoado pelo mercado integra um olhar positivista diante ao sujeito, em que, o Estado se desvia de sua responsabilidade na outorga dos direitos sociais e ao mesmo tempo emprega que o sujeito é responsável pelo seu sucesso ou fracasso, cabendo a ele ser competente para se firmar no mercado de trabalho (FERRETT; SILVA JÚNIOR, 2000). Como se o trabalho fosse um direito garantido universalmente e não um privilégio alcançado por poucos.

Assim, o conceito de privilégio refletiu coeso diante o atual cenário do trabalho brasileiro, tendo em vista que, a disputa pelos postos de trabalho é definida através das peculiaridades profissionais postas no currículo do candidato, que, ao mesmo tempo, se exige experiência e qualificação, também exclui a oportunidade de aprendizagem do candidato, ou seja, os empreendedores não querem gastar tempo com a preparação de seu funcionário, mas, inverso disso, deseja um funcionário apto a desenvolver lucro o mais rápido possível.

Em vista disso, observa-se que se tratar de um exemplo clássico do sistema capitalista que busca incessantemente a maximização dos lucros. Posto a uma era globalizada, em que a tecnologia se desenvolve rapidamente. O mundo do trabalho, passa por um processo incessante de desenvolvimento tecnológico e, cada vez mais, há menos trabalhadores e mais equipamentos tecnológicos nas empresas.

Dessa forma, o dinamismo que a tecnologia incide no trabalho ocasiona um desequilíbrio econômico e social na vida do trabalhador, pois, o desemprego estrutural e a instabilidade no trabalho limita o trabalhador a se submeter aos salários baixos para se manter na formalidade, caso contrário, terá que trabalhar como autônomo para sobreviver, ou se adequar a ideologia de qualificação e requalificação profissional (BARBARA, 1999).

Portanto, a ideologia em torno da educação profissional, a auto emancipação do sujeito iniciada nos anos 70, continua sendo uma estratégia do Estado e mercado para travar uma concorrência interna na classe trabalhadora. Todavia, essa ideologia é aderida pela sociedade, inclusive pelos jovens que buscam as primeiras oportunidades como aprendizes no mercado de trabalho, já que, para disputar os reduzidos postos de trabalho é necessário se adequar às qualificações que o mercado demanda.

CAPÍTULO IV

A PRÁTICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CEDB

4.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.

O trabalho salesiano que originou o Centro Educativo Dom Bosco (CEDB) em Ji-Paraná, começou em 1985 com a iniciativa da irmã Antônia Onali de reunir picolezeiros e engraxates para um lanche e uma roda de conversa aos finais de semana, para desenvolver esse trabalho, ela contou com a ajuda de 12 jovens do grupo de jovens JOIA. Em vista disso, nasceu a cooperativa de picolezeiros São José que a princípio se reuniam no antigo barracão da paróquia São José onde existia uma grande área para recreação.

Com a chegada do padre Franco Dalla Valle em 1986, juntamente com irmão Jorge Pinaffo, com Manoel Messias Antunes e Geraldo Zandonadi, dentre outros vocacionados, a ação social passou a adquirir maiores proporções e, conseqüentemente, os números de jovens atendidos aumentaram.

Em 1989, com o novo prédio, a cooperativa se fixou definitivamente abrindo núcleos em comunidades da periferia, sendo os leigos Rangel e Deilton responsáveis pela coordenação do trabalho juntamente com o então pároco Padre Sadeck.

Figura 1- Fotografia do prédio da instituição em 1990.



Fonte: (SOUZA, 2018, p.52).

Já no ano de 2001, após avaliação entre educadores, diretores e conselheiros da entidade, buscou-se uma melhor qualificação no atendimento social, logo, surgiram algumas parcerias com a Secretaria Municipal de Educação -SEMED e Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS. Essas parcerias, possibilitaram o atendimento escolar de nível fundamental da 1º a 4º série em período integral.

Em 2002 com a chegada do Padre Atilio, iniciou-se uma reformulação e reestruturação dentro da cooperativa, a começar pelo próprio nome que passou a ser denominado Pró Menor São José, contudo, a produção de picolés já não se ajustava às normas do ECA, assim sendo, as fábricas de picolés, corte e costura não eram mais viáveis, sendo assim extintas.

No entanto, a instituição não somente prosseguiu com a profissionalização, como também investiu na estrutura, visto que, houve a inserção de novos cursos, ampliação da carga horária e reforma dos laboratórios para melhor atendimento e conforto dos alunos. Já em 2005, após uma reunião com o novo pároco Padre Ângelo, o Pró- Menor passou a ser Centro do Menor São José devido ao espaço obter uma padronização como os demais centros profissionalizantes salesianos das demais regiões do país. Os cursos profissionalizantes ofertados eram de Serigrafia, Informática e capacitação para o mercado de trabalho.

No ano de 2008 a professora Alice Marlete Stiz, pedagoga, assume a coordenação do Centro Menor São José, assumindo a responsabilidade de zelar e manter a tradição do programa e continuar o processo de renovação técnico-pedagógico. Logo após, com a chegada do novo pároco e diretor Padre Alberto Rypel, o trabalho na comunidade continuou no ritmo mais acelerado, outras atividades como, teatro, oratório, articulação da Juventude salesiana e festivais, foram incorporados no calendário da paróquia, além de novas inserções de cursos no Centro Educativo Dom Bosco como violão e teclado, os quais atraíram mais jovens para o Centro.

Atualmente os cursos remanescentes são: informática, violão e teclado, além dos cursos inseridos posteriormente como mecânica de motocicleta, judô, futsal e auxiliar administrativo e escritório em geral, sendo este, voltado para atender aos adolescentes inseridos na política de ensino e a lei da aprendizagem. Ademais, o

objetivo operacional se trata em realizar a proteção social para adolescentes e jovens, por meio de serviços educacionais na área da formação profissional, artística, cultural, esportiva e cidadã com vista ao desenvolvimento para o trabalho, a vida e a convivência social, estimulando as potencialidades, habilidades e talentos por meio da pedagogia salesiana (CEDB, 2019). Sendo o objetivo dessa entidade:

Ofertar serviços educacionais para profissionalização nas áreas da informática, administração, comércio/varejo e mecânica de motocicletas de forma a promover o cumprimento da lei 10.097/2000 (lei da aprendizagem); Trabalhar conhecimentos práticos e teóricos de instrumentos musicais (violão, teclado) empregando os valores como disciplina, perseverança, dedicação, paciência; Desenvolver atividades esportivas que potencialize as habilidades motoras, o respeito às regras e a cidadania (CEDB, 2019).

Outrora, houve uma mudança de objetivo ao comparar o início do projeto que foi por intermédio de ações comunitárias até a atualidade, onde consta com um objetivo de maior amplitude direcionado a promoção dos direitos sociais para os adolescentes. Todavia, o CEDB não somente realiza a proteção social como também desenvolve seu caráter pedagógico fraterno e solidário, pelo fato de ser uma instituição religiosa. No entanto, não faz e nunca fizera distinção de religião para com os/as adolescentes, sendo então uma instituição religiosa que presta serviço laico.

Além do mais, hoje a instituição promove os direitos dos/as adolescentes por meio da educação, esporte e cultura como prevê a CF/1988 e regulamentado pelo ECA/1990. Sendo um dos condutores principais para que esses direitos se efetivem, o profissional do Serviço Social tem um papel indispensável na instituição, pelo fato de ser responsável pela manutenção dos projetos vigentes através da gestão, além de constantemente elaborar novos projetos sociais para trazer melhorias aos serviços prestados.

Figura 2- Centro Educativo Dom Bosco em 2019.



Fonte: <https://upv.org.br/obra/12-centro-educativo-dom-bosco>.

Atualmente, o CEDB oferta 4 programas inseridos em 3 projetos:

Projeto Aprendizagem, Trabalho e Cidadania.

1. Programas de profissionalização para adolescentes

A. Curso de Informática Básica e avançada.

B. Curso básico e avançado de mecânica em motocicletas de baixa cilindradas.

2. Programa Jovem Aprendiz

A. Curso de Auxiliar Administrativo e Escritório em geral.

Projeto Habilidades Musicais

3. Programas de desenvolvimentos e habilidades musicais.

A. Curso de Violão.

B. Curso de Teclado.

Projeto Esporte e Lazer

4. Programas de práticas esportivos.

- A. Judô
- B. Futsal.

Leis que amparam a proteção social da Instituição.

- ✓ Lei Federal- (CF/88).
- ✓ Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA/1990)
- ✓ Lei Orgânica da Assistência Social - (LOAS) Lei nº 8.742/93.
- ✓ Conselho Nacional de Direito da Criança e do Adolescente - (CNDCA)
- ✓ Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente – (CMDCA)
- ✓ Lei de Diretrizes e Base da Educação - (LBD)
- ✓ Consolidação das Leis do Trabalho - (CLT)
- ✓ Lei da Aprendizagem – (Lei nº 10.097/00)

No que tange a faixa etária dos atendidos, a instituição atende adolescentes com idades entre 12 e 18 anos, salvo os jovens aprendizes, tendo-se como fator seletivo aos adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social. Logo, os adolescentes menos abastados economicamente é prioridade de atendimento e também aqueles encaminhados pela rede socioassistencial do município. Ademais, a sustentabilidade da obra vem das parcerias, projetos e promoções realizadas com setor privado e público. Atualmente a Obra é gerenciada pelo Pe. Ermelindo Vasques “vice Presidente da Entidade”, (UPV, s/d).

4.2. RELATO DA OBSERVAÇÃO

O sistema organizacional do CEDB apesar de ser uma instituição de cunho religiosa católica (salesiana) não induz seus atendidos a praticarem a fé católica, porém, segue o calendário e atividades católicas devido ser uma instituição de origem religiosa salesiana. Dito posto, denota-se que o objetivo da presente instituição não governamental é promover a cidadania, habilidades profissionais e musicais aos adolescentes de 12 à 18 anos. Assim como dispõe o ECA,

Art.53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e

qualificação para o trabalho [...] Art.69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho [...] (BRASIL, 1990).

Enquanto terceiro setor, o CEDB promove esses direitos previstos pelo ECA por meio de políticas sociais, cumprindo assim seu dever enquanto sociedade organizada, como rege a CF/88 em seu art. 227, “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura [...]” (BRASIL, 2016).

Em vista disso, ao ofertar serviços sociais à comunidade, o CEDB não só promove sua ação enquanto obra social religiosa, como também, garante direitos sociais aos adolescentes, os quais deveriam ser suprido pelo Estado. Segundo Costa (2002), o Estado deixa de ser executor para ser regulamentador das políticas sociais, ou seja, o Estado passa incentivar o terceiro setor a promover os direitos sociais e, ao mesmo tempo, minimiza seus gastos com políticas sociais.

Dessa forma, o Estado economiza no financiamento direto de políticas sociais e, deixa para o setor privado as respostas de fins públicos (COSTA, 2002). Pois, trata-se de “[...] uma estratégia administrativa do governo para conseguir uma melhor utilização de recursos públicos escassos, de forma mais eficiente e eficaz” (RODRIGUES,1998, p.33). No entanto, esses recursos públicos não é o suficiente para atender toda a demanda, além do mais, possuem acesso burocrático como é observado na gestão dos programas vigentes no CEDB.

O atual gestor dos programas da instituição, assistente social, demonstra em sua prática, o quão é dificultoso manter ativo os cursos vigentes. Visto que, o único recurso financeiro permanente que a instituição possui são os alugueis das galerias comerciais pertencente à Paróquia São José (cabe ressaltar que é uma parceria, pois, o financeiro do CEDB não é vinculado à Paróquia).

Entretanto, não há um retorno financeiro garantido de todas as galerias, uma vez que, nem sempre estão todas alugadas. Logo, conseqüentemente, há necessidade de captar recursos externos.

[...] essas organizações têm extrema necessidade em captar recursos fora de suas atividades fundantes. Essas atividades e suas características de 'gratuidade' levam a uma falta de auto-sustentabilidade tal que a captação de recursos, ou fundraising, torna-se não apenas uma atividade essencial da organização, mas ainda pode passar a orientar a filosofia e a condicionar a sua "missão" (MONTAÑO, 2003, p.207).

O próprio caráter não lucrativo das instituições do terceiro setor é o que torna dificultoso a administração dos seus serviços (MONTAÑO, 2003). Ainda mais, por se tratar de uma obra social, cuja sua essência é justamente garantir os direitos sociais daqueles que se encontram às margens da sociedade. Portanto, necessita não somente captar recursos, como também, uma boa gestão para manter ativo a oferta de seus serviços.

Em virtude disso, o assistente social do CEDB busca constantemente elaborar projetos sociais pensando no futuro da instituição, pois, no terceiro setor, o planejamento,

[...] é função que se destaca pela necessidade de atuar com recursos reduzidos, estabelecer mecanismos que simultaneamente supram as necessidades das ações e projetos, fortaleçam a instituição, valorizem os colaboradores e possibilitem a sustentabilidade organizacional no longo prazo (PEREIRA; MORAES et al, 2013, p.12).

Cabe ressaltar que, o planejamento ultrapassa a questão da escassez de recursos, de modo que, trata-se também de direitos sociais reduzidos e precarizados, ou seja, o conceito de gestão no terceiro setor por estar diante a questão social é ainda mais complexo. Visto que, há uma preocupação do assistente social em manter os direitos sociais já garantidos para os adolescentes atendidos no CEDB e, ao mesmo tempo, planejar o desenvolvimento dos serviços ofertados.

A questão social no Brasil advém de um processo de transformação diante de cada cenário histórico, onde as refrações da questão social se ressignifica sob novas bases, tornando-se uma metamorfose que se reordena na contemporaneidade em detrimentos das velhas roupagens da questão social (IAMAMOTO, 2010; NETTO, 2011). Diante ao cenário contemporâneo neoliberal, a mão de obra é desvalorizada e há um aumento do desemprego, conseqüentemente, elava-se os fatores inerentes a questão social. Com isso, fica atribuído ao terceiro setor promover ações para amenizar os impactos da questão social.

Posto a uma conjuntura em que a desigualdade social está presente, logo, a demanda requer respostas, já que houve à descentralização do enfrentamento da questão social no âmbito público (IAMAMOTO, 2009). Que, conseqüentemente, verticalizou os espaços ocupacionais ao combate direto à questão social e, deslocou a necessidade da ação profissional do assistente social para o terceiro setor (MONTAÑO, 2003).

A par desse deslocamento e à frente dos programas e projetos sociais, a ação do assistente social no CEDB demonstra o quanto é importante a presença do Serviço Social no terceiro setor, pois, sua prática no decorrer dos anos trouxe desenvolvimento e melhorias tanto na parte estrutural da instituição quanto na oferta dos serviços, como (a compra de novos instrumentos musicais e materiais esportivos - 2019).

Todavia, mesmo sendo uma de suas competências técnica-operativa profissional, o gerenciamento dos programas é intercalado com as demais funções administrativas como, o financeiro. Com isso, as multitarefas que o profissional exerce, - “delimita algumas intervenções de sua competência profissional diante dos adolescentes atendidos” (assistente Social). Sendo então, uma situação que desloca o foco do fazer profissional competido ao mesmo para outras funções, devido o motivo da instituição obter um quadro profissional reduzido para exercer as respectivas funções (IAMAMOTO, 2003).

Em vista disso, as multitarefas presente no cotidiano do profissional do Serviço Social, acarreta a limitação de suas atribuições privativas enquanto profissional em seu espaço ocupacional, como prevê a lei de regulamentação da profissão. Cabe ao profissional conforme o art.5º, “I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social” (BRASIL, 1993).

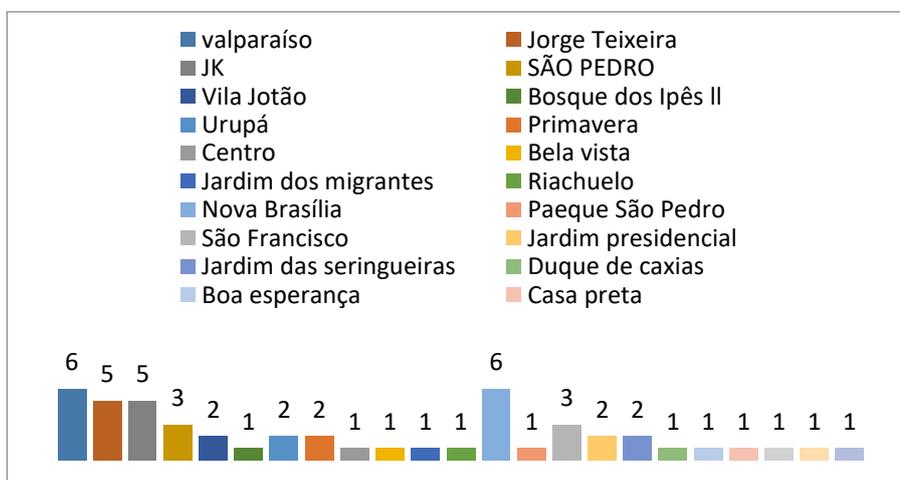
A ausência de algumas atribuições profissionais do assistente social resulta em uma problemática diante ao usuário. Problemática essa presente no CEDB, pelo fato de ser inconstante o acompanhamento disciplinar e familiar dos adolescentes, porque,

além de suprir a ausência de um pedagogo no que tange ao aconselhamento e acompanhamento pedagógico, raramente, o assistente social consegue efetuar o monitoramento do desenvolvimento do adolescentes e, fazer visita domiciliar se necessário for.

Em prova de suas múltiplas funções, o assistente social não consegue efetuar semanalmente o mapeamento dos alunos que constam acima de três faltas sem justificativa. De acordo com as normas da instituição o (a) aluno/a que se ausentar por três dias sem justificativa, salvo com a posse do (atestado médico, declaração escolar ou presença do responsável) será solicitado a sua presença na sala do Serviço Social para se justificar. Caso as faltas injustificadas aumentem, os responsáveis pelos adolescentes serão solicitados para um diálogo sobre a presente situação e alertados que o/a adolescente está propenso a reprovar por excesso de faltas.

Posto isso, além dos diversos afazeres do assistente social. É necessário pôr em foco o objetivo institucional diante seus usuários que, por via de uma pesquisa donde a coleta de dados adveio da plataforma digital da instituição (Sistema de Gestão e Animação da Rede Salesiana Brasil de Ação Social - SIGAR/RSB-Social), foi possível identificar que, somente 68% dos adolescentes inclusos no programa jovem aprendiz moram em bairros periféricos, censo esse de princípio, intrigante, pois, levando-se em consideração a perspectiva de atendimento da instituição, o percentual de adolescentes advindos de bairros carentes deveria ser mais elevado.

Gráfico 1 - Gráfico elaborado em 2019.



Elaborado pelo estagiário (Rodrigo).

Ao ter o conhecimento desses dados, o assistente social relatou que – “os 32% restantes, provavelmente são adolescentes e jovens indicados pelas empresas conveniadas do Programa Jovem Aprendiz, logo, neste caso a instituição não intervém” (assistente social). Por conseguinte, a seleção dos novos alunos é de competência do assistente social, no entanto, alguns adolescentes são indicados pelas empresas conveniadas do Programa Jovem Aprendiz, sendo assim, conseqüentemente, são matriculados sem passar pela seleção interna.

Mesmo que o porcentual esteja abaixo do objetivo institucional, observa-se que, nem sempre a localização é sinônimo de pobreza e, o que deve ser analisado é as expressões da questão social. Apesar que, segundo Corrêa (1995), há uma divisão de classes nos espaços urbanos, cujos fatores impulsiona a segregação de muitas famílias, como: desemprego, renda incompatível para compra ou aluguel de imóveis nas regiões centrais da cidade.

No entanto, o estudo socioeconômico efetuado pelo assistente social durante a seleção dos novos alunos, leva-se em conta o grau de proximidade da família com a questão social, não os espaços ocupacionais que habitam.

[...] o Assistente Social é chamado a constituir-se no agente intelectual de 'linha de frente' nas relações entre instituição e população [...] Dispõe do poder, atribuído institucionalmente, de selecionar entre os que têm ou não direito de participar dos programas propostos, [...] os mais necessitados [...] (IAMAMOTO, 2013, p. 117-118).

Por conseguinte, seu trabalho é deposto de qualquer presunção preconceituosa conforme prevê o princípio 6º do seu Código de ética Profissional (BARROCO; TERRA et al, 2012) e, como dito anteriormente, os bairros onde moram os adolescentes não são fatores determinante na seleção. Porém, a maioria das famílias dos adolescentes matriculados na instituição estão inseridas em bairros periféricos ou conjuntos habitacionais do governo federal, ou seja, condiz com a dinâmica da desigualdade social.

Logo, trata-se de uma conjuntura inerente ao terceiro setor que, por sinal, é um espaço de trabalho que emana dificuldades para o assistente social, pelo fato da demanda que necessita dos cursos ofertados ser maior do que a oferta de cursos, já que, não são suficientes para absorver a todos que, teoricamente, tem direito

(IAMAMOTO, 2013). Com isso, o terceiro setor, torna-se mais um instrumento de reprodução e ampliação do capital monopolista que, por via de políticas sociais contraditórias, as quais promove concomitantemente a inclusão e exclusão social, qualifica os então selecionados para o mercado de trabalho (MONTAÑO,2003).

Diante dessa órbita capitalista que ressoa uma falsa sensação de acesso aos direitos sociais. Será debatido, a dualidade presente entre a educação e trabalho no CEDB, juntamente, com o conceito de cidadania. Sendo que, as intervenções foram originadas a partir da identificação da importância em que as famílias e os adolescentes empregam aos cursos do Projeto Aprendizagem, Trabalho e Cidadania e, em contrapartida, o real valor que a educação profissionalizante atribui para o mundo do trabalho.

Dado que, ao observar a demanda, ou seja, as famílias e os/as adolescentes durante o período de matrícula em 2019/1. Foi possível identificar a relevância que os cursos profissionalizantes possuem diante a demanda, sendo que os cursos do Projeto: “Aprendizagem, Trabalho e Cidadania” foram os mais cobijados dentre os demais. Fator esse já esperado, pelo fato da lista de espera pelos cursos profissionalizantes ter histórico de maior demanda na instituição.

Por conseguinte, o que proporcionou a materialização do objetivo das intervenções, foram declarações dos responsáveis pelos/as adolescentes durante as entrevistas de matrícula momento em que muitos alegaram a necessidade de seus tutelados em se prepararem para o mercado de trabalho. Em virtude disso, as intervenções em curso pautaram-se em analisar a dualidade expressa entre educação e trabalho.

4.3. INTERVENÇÃO DO ESTAGIÁRIO POR INTERMÉDIO DA PRÁTICA DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Primeiramente, para que ocorresse as intervenções, enquanto estagiário e futuro profissional em Serviço Social. Sob uma perspectiva de análise desprovida de qualquer preconceito, fazendo jus o que prevê o Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão. Corroborando com as afirmações de

Pontes (1997), foi necessário adentrar na dinâmica da instituição para com seus usuários e vislumbrar a totalidade em torno do objeto de intervenção sem se prender somente aos dados institucionais.

A partir de então, as intervenções foram divididas em duas fases, análise macro e micro. A análise macro se deu por meio das observações durante a intervenção nº 1 (matrícula), e a micro foi a pesquisa focalizada na relevância que os cursos do Projeto: “Aprendizagem, Trabalho e Cidadania” são aferidas para os adolescentes. Essa pesquisa se tornou o ponto de partida para as demais intervenções.

Durante o processo de matrícula foi possível conhecer a realidade e identificar a demanda vigente em função dos cursos para os adolescentes.

Figura 3- Entrevista de matrícula.



Créditos: Mayra Santos- secretária do CEDB.

O que ficou evidente durante o processo de matrícula, foi o anseio dos/as adolescentes em se prepararem para o mercado de trabalho. Posto que, o curso de informática é uns dos mais almejados por eles. Esse curso é bastante procurado, porém pouco ofertado na rede pública de educação. O que se observa é que a informática é uns dos principais instrumentos de trabalho na contemporaneidade. Sua

importância na educação tem característica complementar e deveria fazer parte das diretrizes curriculares escolar.

Lopes (2002, p.2) afirma, que “o principal objetivo, defendido hoje, ao adaptar a Informática ao currículo escolar está na utilização do computador como instrumento de apoio [...] além da função de preparar os alunos para uma sociedade informatizada”. Em outros termos, é notório que se tratando de um cenário globalizado, a informática está presente tanto no âmbito da pesquisa como também do trabalho, sendo então, uma relação intrínseca entre homem e sociedade.

Na pesquisa, constou-se a grande procura pelo curso de mecânica de motocicletas sob a justificativa de que o curso proporcionaria uma profissão. Logo, percebe-se que a classe trabalhadora traça estratégia de sobrevivência desde a adolescência para vender sua força de trabalho, já que, conforme (MARX, 2013), não possui outro meio de produção a não ser a si mesmo, sua mão de obra.

Com isso, remete-se a uma percepção de que a educação só se torna indispensável se apresentar uma perspectiva de retorno financeiro à curto prazo, quesito esse preocupante, pois, leva-se uma lógica que distancia o/a adolescente de baixa renda do ensino superior e reforça a desigualdade (CIAVATTA; RAMOS, 2011).

Olhar o trabalho a partir da educação é reconhecê-lo como parte integrante da realização educativa de qualquer pessoa, porque cidadania sem trabalho é vazia. A sobrevivência material, de modo geral, passa pelo trabalho, então, preparar-se para o trabalho não pode significar algo de relevância duvidosa (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001, p.86).

O trabalho é visto como fundamental e se impõe como imperativo relegando a educação em segundo plano, de modo que, seja qual for o nível de formação e aprendizagem, o objetivo sempre será voltado ao futuro no mercado de trabalho. Fica evidenciado que a desigualdade social reproduz no âmbito familiar um imediatismo que não coincide com a dinâmica da produção capitalista que, cada vez mais, exige maior qualificação de mão de obra (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

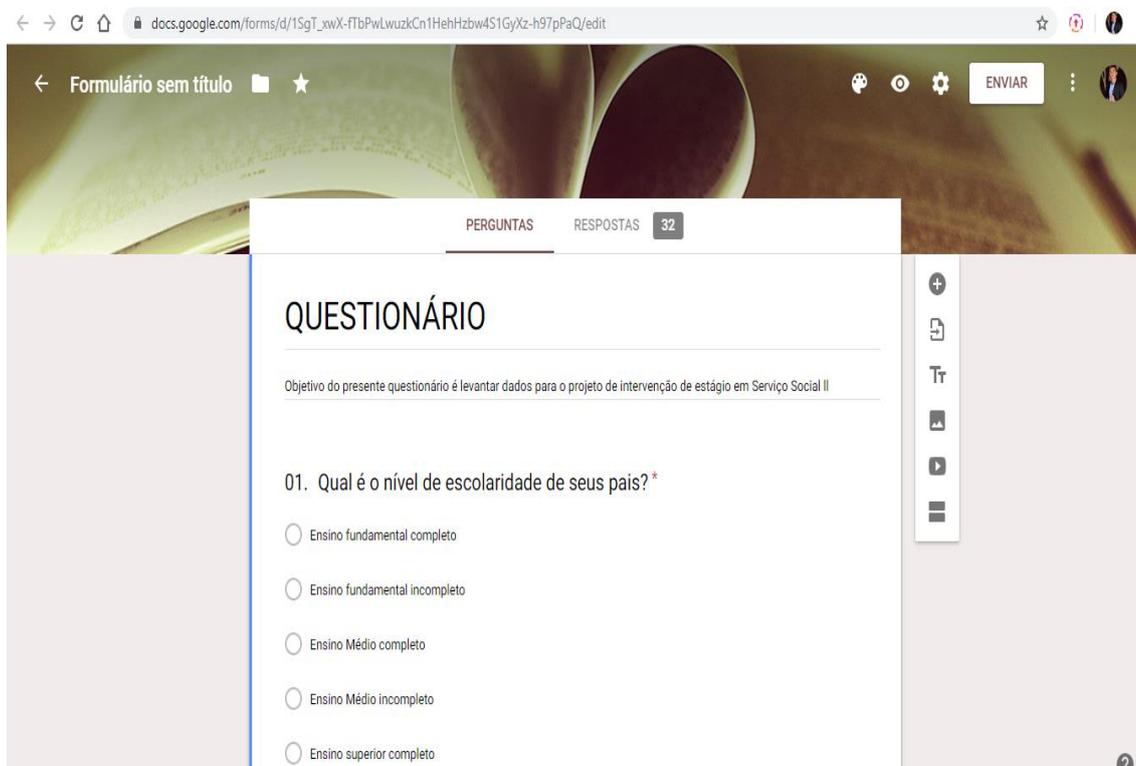
Segundo o pensamento neoliberal, as diferenças de escolaridade é que determinam as diferenças de rendimentos entre as pessoas. A renda estaria mal distribuída porque uns têm mais acesso à escola do que outros. Na

realidade, dá-se o inverso, ou seja, são as diferenças de renda que explicam as diferenças de escolaridade (GALVÃO, 2007, p.179).

A falta de igualdade de acesso à formação e profissionalização implica na falta de acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente minimiza a cidadania. Com o objetivo de obter maiores informações realizou-se uma intervenção aplicando um questionário semiestruturado para a turma vespertina do curso de Auxiliar Administrativo e Escritório em Geral, teve como objetivo identificar a importância que o curso possui para eles e conhecer a dificuldade da tríplice jornada (trabalho, escola e curso) dos/as trinta e dois adolescentes inseridos no programa do jovem aprendiz até o momento da pesquisa.

A presente intervenção foi elaborada sob duas fases, a primeira fase se deu no momento em que os/as adolescentes se disponibilizaram a responder o questionário. A segunda fase foi por via de análise de dados a partir das respostas do questionário.

Figura 4- Questionário elaborado por via formulários Google, 2019.



The image shows a screenshot of a Google Forms questionnaire. The browser address bar at the top displays the URL: docs.google.com/forms/d/1SgT_xwX-ftbPwLwuzkCn1HehHzbw4S1GyXz-h97pPaQ/edit. The form title is 'Formulário sem título'. The form content includes a header 'QUESTIONÁRIO' and a sub-header 'Objetivo do presente questionário é levantar dados para o projeto de intervenção de estágio em Serviço Social II'. The first question is '01. Qual é o nível de escolaridade de seus pais? *'. Below the question are five radio button options: 'Ensino fundamental completo', 'Ensino fundamental incompleto', 'Ensino Médio completo', 'Ensino Médio incompleto', and 'Ensino superior completo'. The form also shows a 'PERGUNTAS' tab and a 'RESPOSTAS 32' tab, indicating that 32 responses have been received. A sidebar on the right contains various icons for editing and sharing the form.

Crédito: Rodrigo- estagiário, 2019.

Figura 5- Aplicação do questionário, 2019.



Crédito: Rodrigo- estagiário, 2019.

O questionário foi elaborado com objetividade para que a disponibilidade de tempo dos adolescentes fosse suficiente para responder com clareza e assim apresentar resultados qualitativos. De acordo com Goldenberg (2004), o pesquisador deve agir com cautela perante o questionado e usar mecanismos que atraiam os pesquisados a contribuir com as informações.

Visto que, em um questionário “[...] cada questão precisa estar relacionada aos objetivos de seu estudo. As questões devem ser enunciadas de forma clara e objetiva sem induzir e confundir, tentando abranger diferentes pontos de vista” (GOLDENBERG, 2004, p.86). Sob esses cuidados, o questionário foi elaborado mediante orientação do assistente social e, ao ser aplicado, os/as adolescentes demonstraram estarem confortáveis em responder as questões.

Ao todo foram dez perguntas no questionário. Porém, foram selecionadas quatro perguntas para análise. Sendo elas: 1- A dificuldade da tríplice jornada dividida em, trabalho, curso e escola ou faculdade é? Muito cansativo; pouco cansativo ou dá para conciliar? 2- Qual a importância do curso de Auxiliar Administrativo e de Escritório em Geral para você? 3- Você está inserido(a) no mercado de trabalho por opção ou

por necessidade? 4- Já ouviu alguém da família pronunciar frases semelhantes a estas, “trabalhar não mata ninguém”, “passou da hora de estar trabalhando”, “na sua idade eu já trabalhava”? Caso já tenha ouvido, o quanto estas frases lhe influenciaram para se inserir ao mercado de trabalho?

Observa-se que, o estagiário teve o objetivo de analisar a partir das respostas as perspectivas dos/as adolescentes diante o aprendizado e o trabalho e, tomar conhecimento do quanto o fator externo, a sociedade envolvente, influencia na construção ontológica do/a adolescente para com o trabalho.

Dando início a análise das respostas do questionário, o resultado da questão nº1 constou que a maior parte dos/as adolescentes 56,3%, alegaram que a tríplice jornada: trabalho, curso e escola, dá para conciliar, 31,3% disseram ser muito cansativa a rotina e, 12,5% pouco cansativa. Esses quantitativos demonstra que,

Conciliar o estudo e o trabalho torna-se, muitas vezes, uma tarefa difícil, por conta da jornada de trabalho, o adolescente é impedido de dedicar-se a atividades extracurriculares (lúdicas e sociais próprias da idade). Em outros casos, dormem na sala de aula, têm déficit de atenção e aprendizagem, ou não conseguem acompanhar o ritmo da turma, o que os leva ao desestímulo, até mesmo a sair da escola. Nesse sentido, é importante relevar que o adolescente, ao sair da escola, numa sociedade em rápida transformação, ficará cada vez mais distante das melhores oportunidades de trabalho. Ao precisar trabalhar, é impedido, via estudo, de se preparar corretamente para o mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo, em função da complexificação dos processos de trabalho e do excesso da oferta da força de trabalho num contexto de desemprego estrutural crescente (SILVA, 2012, p.79).

Percebe-se que há o aceleração no desenvolvimento da fase da adolescência em que o/a adolescente se vê na obrigação de se preparar o quanto antes para o mercado de trabalho, mesmo que comprometa seu desenvolvimento escolar. Essa ação até mesmo inconsciente de ter que se preparar para o mundo do trabalho está arraigado na desigualdade social e, também, como diz Silva (2012), a cultuação histórica em torno do trabalho, a qual remete a maior atenção dos jovens em torno da profissionalização e do trabalho deixando em último plano a educação como processo de conhecimento e cidadania plena.

No que se refere à importância que o curso, (pergunta nº2), agrega para com os/as adolescentes do curso de Auxiliar Administrativo e Escritório em Geral, todos

responderam que é importante tanto no quesito aprendizagem quanto na profissionalização, chegando até ressaltarem que é uma preparação para o futuro profissional. Sendo assim, o fator enfático nas respostas até aquele momento foi o reconhecimento da relevância do aprendizado e da profissionalização para ingresso no mercado de trabalho.

Tendo em vista a urgência dos adolescentes na preparação para o mercado de trabalho demonstrado durante o período de matrícula, houve a necessidade de questionar os/as adolescentes aprendizes se estavam inseridos/as no mercado de trabalho por opção ou por necessidade (questão nº3). Considerando que uma resposta não foi contabilizada por motivo desconhecido, aproximadamente 65% das trinta e uma respostas contabilizadas informaram que estão por opção sob a justificativa de ter a oportunidade de uma autonomia financeira e aprendizado para o trabalho. Já os 35% que apontaram ser por necessidade, alguns informaram que a importância ultrapassa somente o retorno financeiro, sendo importante também a experiência e o aprendizado.

Ademais, na (questão nº4), quando questionados se foram influenciados a ingressarem ao mercado de trabalho pelos familiares por meio das seguintes frases: “trabalhar não mata ninguém”, “passou da hora de estar trabalhando”, “na sua idade eu já trabalhava”, 56,3% responderam que influenciou muito, 25% disseram que influenciou pouco e os 18,7% afirmaram nunca ter ouvido ou não foram influenciados. Dessa forma,

A grande mistificação talvez esteja na idéia [sic] de que o trabalho exercido pelas crianças e jovens é aprendizagem e, por esse motivo, talvez possa ficar em detrimento ao estudo. Essa é socialmente uma visão arraigada, porque há uma construção histórica em torno dos benefícios do trabalho, que podemos ilustrar através de ditos populares como “Deus ajuda quem cedo madruga”, ou “o trabalho dignifica o homem”, entre outros. Hoje em dia, essa visão talvez seja a mais equivocada, em função do desenvolvimento tecnológico do trabalho contemporâneo, que cada vez mais exige requisitos educacionais para incorporação do trabalhador ao mercado (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001, p. 87).

Cabe refletir que além da construção histórica em torno do trabalho há uma expressão da questão social envolvida, pois, mesmo em ciência do valor subjetivo do trabalho como fator de dignificação do homem e da importância cada vez maior da educação no cenário contemporâneo como menciona (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

Não se deve banalizar a desigualdade social manifesta em milhares de brasileiros que não tiveram o acesso à escola por terem que trabalhar desde muito jovens para complementar a renda familiar.

Dado isso, os/as adolescentes matriculados/as no curso de Auxiliar Administrativo e Escritório em Geral oferecido pelo Programa Jovem Aprendiz, estão tendo a oportunidade de aprendizagem de maneira concomitante ao trabalho, que por vezes, seus familiares com mais idade não tiveram. Mesmo que seja uma rotina difícil afirmada por 31,3% dos adolescentes na (questão nº1), mesmo respeitando as condições de trabalho conforme as disposições previstas para o trabalho aprendiz (ECA/1990 art.69) que destaca: “o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho” (BRASIL, 1990).

A tríplice jornada, trabalho, curso e escola pode impactar no desenvolvimento da adolescência no que tange seu processo de aprendizagem regular (SILVA, 2012). Todavia, o trabalho de aprendiz torna-se uma forma de adentrar na dinâmica do processo de produção capitalista sem ter evasão escolar, pois, oportuniza um retorno financeiro, ao mesmo tempo em que exige um bom desempenho no curso técnico e escolar, caso ainda seja estudante. No Programa Jovem Aprendiz para que o/a adolescente/jovem não tenha seu contrato rescindido conforme a Lei de Aprendizagem nº10.097 de 2000 (BRASIL, 2000), é imprescindível ter um bom desempenho tanto na educação escolar, quanto no curso técnico de aprendizagem no decorrer do tempo contratual.

Evidencia-se que o próprio processo de produção pressiona a qualificação da mão de obra, porém a mão de obra por si só não é suficiente para adentrar no mundo do trabalho, é preciso formação cidadã e qualificação para o trabalho. O Projeto Aprendizagem, Trabalho e Cidadania do CEDB, busca incluir os/as adolescentes de forma a possibilitar que desenvolvam o espírito crítico e o desejo de aquisição de novas habilidades e competências para competir em uma sociedade cada vez mais exigente.

As falas dos familiares e adolescentes durante as entrevistas de matrícula e a partir do questionário demonstram que a busca pelos cursos do Projeto

Aprendizagem, Trabalho e Cidadania, é um ato de reconhecimento. De acordo com Takashima (1998), de uma cidadania negada, de exclusão social, ou seja, requerer os serviços sociais significa requerer o direito ao acesso, a inclusão social, a uma cidadania ativa.

Todavia, a cidadania traz um conceito ambíguo e contraditório, que advém da desarticulação do Estado defronte às suas responsabilidades sociais a qual incentiva o desenvolvimento do modo de produção capitalista e, concomitantemente, restringe os direitos sociais e reproduz uma ideologia sobre a ascensão social por meio da educação. Em que, pauta-se em uma cidadania produtiva, os quais poucos tem acesso, já que os direitos sociais tornam-se mercadorias de difícil acesso (SILVA JUNIOR, 2002).

Sendo assim, denota-se que a presente contradição observada nas intervenções, trata-se de uma conjuntura justamente no âmbito do terceiro setor, onde se originou a partir da dinâmica do modo de produção capitalista com o Estado. Mesmo sendo um setor alvo de críticas por autores conceituados no mundo da ciência social como outrora foi citado Montaño (2003). Todavia, o terceiro setor conforme reconhece Montaño (2002), é responsável pela grande parcela das respostas da questão social na contemporaneidade, posto que, cada vez mais as políticas sociais estão sendo privatizadas.

Com isso, conseqüentemente, há um enxugamento nos espaço de trabalho no âmbito público para o assistente social que, gradativamente está sendo inserido ao terceiro setor (MONTAÑO, 2003), já que, é um profissional inserido na dinâmica do sistema capitalista que,

participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação (IAMAMOTO, 2003, p.2).

O Projeto Aprendizagem, Trabalho e Cidadania demanda o exercício profissional do assistente social intervindo em meio ao antagonismo instituição, Estado e sociedade. Ao passo em que o assistente social busca promover a inclusão

social, o acesso ao direito e à cidadania aos adolescentes, também, corrobora para a reprodução da força do trabalho.

Assim, o presente campo de estágio, enquanto terceiro setor, demonstra ser um campo contraditório, porém, de grande importância ao enfrentamento da questão social e da proteção dos direitos sociais. Em virtude disso, tendo em vista a experiência no CEDB e a parte teórica através das leituras durante a graduação, o estagiário visualizou a oportunidade de abordar a atuação do Serviço Social no espaço ocupacional do CEDB para com os acadêmicos do curso de Serviço Social da turma de políticas sociais específicas 2019/2.

Sendo então a última ação de intervenção do estagiário, esta foi uma ação planejada contendo mais figuras ilustrativas e fotos do que textos, para atrair a atenção dos colegas presente e, no que tange a apresentação, ocorreram via slides.

Figura 6- Apresentação do estagiário



Créditos: Adriana Venâncio- acadêmica, 2019.

O objetivo dessa atividade além de demonstrar a experiência vivenciada pelo estagiário em seu campo de estágio, também teve o propósito de aproximar os/as acadêmicos de Serviço Social da realidade profissional do/a assistente social inserido no terceiro setor.

No primeiro momento, foi enfatizada a dificuldade de captar recursos e, manter os serviços ofertados em uma instituição do terceiro setor, dificuldade essa que, torna-se um campo desafiador para o/a profissional do Serviço Social, pois, esse/a profissional encontra-se “operando em um meio desfavorável, caracterizado pela falta de recursos [...]” (FALCONER, 1999, p.10).

Destarte, por se tratar de um âmbito institucional a par do processo de enxugamento das políticas sociais (MONTAÑO, 2003). Descreve que o/a assistente social necessita traçar um planejamento de captação de recursos e, ao mesmo tempo, deve estar preparado/a para intervir mediante a grande demanda posta a pouca oferta (IAMAMOTO, 2013).

As políticas sociais por si só já são limitadas e no âmbito do terceiro setor, realidade na qual se insere o CEDB, vai além da questão de quem necessita ou não dos cursos ofertados pela instituição, mas sim, quem está mais vulnerável às expressões da questão social. Sendo que,

ao utilizarmos, na análise da sociedade, a categoria questão social, estamos realizando uma análise na perspectiva da situação em que se encontra a maioria da população – aquela que só tem na venda de sua força de trabalho os meios para garantir sua sobrevivência. É ressaltar as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, no acesso a direitos, nas condições de vida; é analisar as desigualdades e buscar forma de superá-las. É entender as causas das desigualdades, e o que essas desigualdades produzem, na sociedade e na subjetividade dos homens (MACHADO, 1999, p.43)

A desigualdade social deve ser reconhecida como pior entrave ao desenvolvimento e acesso aos direitos sociais (MACHADO, 1999). Essa desigualdade se manifesta explicitamente nas famílias do/as adolescentes que buscam no CEDB uma oportunidade de aprendizagem. Essa desigualdade é detectada a partir do estudo social.

Quando realiza um estudo social, [...] estabelece relações com sujeitos históricos, que vivem situações concretas, construídas socialmente. Se ele

parte do pressuposto de que nesse estudo deve considerar a dimensão do trabalho, da família, das políticas sociais, da cultura etc., necessária é a reflexão sobre o significado dessas dimensões e as relações que as determinam, inseridas na totalidade do mundo social (FÁVERO, 2009, p.19).

O/a profissional de Serviço Social deve estar atento/a à relação em que o seu usuário possui com a falta de garantias de direitos, considerando as dimensões a partir da desigualdade social (FÁVERO, 2009). Sendo o estudo social, o instrumento de trabalho essencial que recorre a diversas técnicas, entre elas a entrevista.

Ao acompanhar e dialogar com o profissional de Serviço Social se evidencia o quanto é dificultoso atuar semestralmente diante de uma política social limitada. O assistente social declarou que a atenção no momento das entrevistas é essencial, assim como lançar estratégias de abordagem diferentes, pois, trata-se de indivíduos diferentes que, mesmo que seja feita a mesma pergunta para todos os/as entrevistados/as, o modo de interpretação pode ser diferente e não atender o objetivo social que requer no momento da matrícula. Sendo assim, cabe estar preparado para atender à demanda.

O assistente social atua de acordo com o princípio V do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, o qual prevê o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática da equidade e justiça social” (BARROCO; TERRA et al, 2012, p.127).

Dessa forma, além do profissional atender o objetivo da instituição, também, exerce sua autonomia enquanto profissional liberal diante seus usuários ao lançar estratégias para melhor atendê-los (IAMAMOTO, 2009). Todavia, não basta somente desenvolver suas competências técnicas operativas, o/a assistente social também deve estar constantemente se atualizando sobre qualquer mudança pertinente ao seu objeto de intervenção (ALENCAR, 2009).

O profissional de Serviço Social do CEDB, está sempre em busca por informações e capacitações, inclusive atento às mudanças e inovações no campo de projetos e em função de editais públicos de incentivo e financiamento de projetos

sociais para melhor ancorar a instituição campo de atuação. O assistente social nesta instituição é também responsável pela captação de recursos pelos projetos.

[...] o plano da gerência de programas sociais, [...] requer do profissional o domínio de conhecimentos e saberes, tais como de: legislações sociais correntes, numa atualização permanente; análises das relações de poder e da conjuntura; pesquisa, diagnóstico social e de indicadores sociais, com o devido tratamento técnico dos dados e das informações obtidas, no sentido de estabelecer as demandas e definir as prioridades de ação; leitura dos orçamentos públicos e domínio de captação de recursos; domínio do processos de planejamento e a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais (ALENCAR, 2009, p.13).

O/a assistente social que atua em diversos espaços e neste caso, instituição do terceiro setor precisa buscar continuamente conhecimentos e qualificação profissional para aprimorar suas competências e adquirir novas habilidades para poder intervir em função dos direitos e cidadania dos/as adolescentes. Sendo seu dever conforme alínea A do art.8º do seu Código de Ética Profissional, “programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente” (BARROCO; TERRA et al, 2012, p.184). Essa busca por qualificação profissional do assistente social,

[...] não deixa de ser um trabalho concreto, porque tem uma utilidade social; o trabalho do assistente social tem um efeito direto sobre a classe trabalhadora. É a reprodução da força de trabalho, sua mercadoria, que por sua vez irá produzir a mais-valia (SILVA, 2008, p.89).

O profissional de Serviço Social é dotado de competência intelectual e habilidades técnicas e operativas que levam à materialização e manutenção dos projetos vigentes na instituição, garantindo assim, o direito à aprendizagem dos adolescentes e preparo para o mercado de trabalho.

[...] os assistentes sociais vêm, em muito, contribuindo, nas últimas décadas para a construção de uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo e considerando as políticas sociais como possibilidades concretas de construção de direitos e iniciativas de ‘contra-desmanche’ nessa ordem social injusta e desigual (YAZBEK, 2009, p.24).

A luta pelos direitos deve ser ação conjunta de Estado, instituições, empresas e profissionais além de acadêmicos e sociedade civil. Enquanto estagiário e futuro profissional do Serviço Social, o empenho para a divulgação das ações e também planejamento esteve ancorado no projeto ético-político da categoria mesmo estando

imerso em um setor que segundo Montaño (2003), tem tendências reofilantrópicas e faz parte da resistência ao conservadorismo.

Para as organizações do Terceiro Setor, a missão tem um sentido mais amplo e duradouro do que para aquelas dos setores públicos ou privados, justamente porque foram criadas para cumprir esta missão. Ela, como construção do grupo social instituidor, está mais relacionada às crenças comuns e às razões pelas quais a organização existe, fazendo com que os envolvidos no trabalho reconheçam estes princípios na natureza da organização (CABRAL, 2003, p.15-16).

Sendo assim, o profissional capacitado impulsiona para que as demandas sejam atendidas levando em consideração sempre os direitos sociais e de cidadania daqueles que procuram os serviços socioassistenciais.

O Serviço Social se encontra totalmente comprometido no processo de ampliação e consolidação da cidadania, mediado pelo conflito capital e trabalho e pelos reflexos da reprodução da desigualdade, presentes nos espaços sócio ocupacionais (BARROCO; TERRA et al, 2012, p.125).

O assistente social tem compromisso ético e por isso inclusive acompanha estagiários supervisionando suas observações e ações para um aprendizado de qualidade e de atendimento aos usuários dos serviços com competência.

O estágio representa, para o estudante, momento de contato com a realidade profissional. É a partir deste contexto de ensino-aprendizagem que se pode apreender a matéria prima do fazer profissional: a questão social. As atividades realizadas no campo de estágio possibilitam reflexão, crítica, descobertas, dúvidas presentes na dinâmica da realidade, tecendo o aprender. Neste sentido, o estágio supervisionado ganha centralidade no processo de formação profissional, já que se caracteriza como contexto apropriado para pensarmos as questões objetivas e subjetivas presentes em tal processo e por ser etapa do processo de treinamento prático da vida profissional (SOUZA; OLIVEIRA et al, 2010, p.139).

Dado este período de articulação entre teoria e prática pelo estágio em Serviço Social no CEDB, proporcionou ao estagiário, visualizar o empenho e a resistência do profissional de Serviço Social no terceiro setor. A experiência no presente campo de estágio nos leva a compreender *in loco* a conjuntura vivida pelo profissional em uma instituição em defesa de direitos dos usuários.

Como estagiário em parceria com o assistente social no terceiro setor foi possível compreender a relevância da profissão intervindo nas diversas expressões

da questão social visando atender às demandas de usuários de serviços socioassistenciais.

O/a profissional assistente social tem como objeto de trabalho as expressões da questão social que são resultantes da desigualdade social, em um sistema capitalista neoliberal focado no fator econômico. O profissional de posse de seus conhecimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo é capaz de gerar formas eficazes de intervenção na realidade e provocar mudanças que solucionem ou pelo menos amenizem os problemas pelos quais sofrem os demandatários dos serviços sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do debate travado no decorrer do processo de formação profissional e pela inserção no campo da prática, foi possível compreender a relevância da atuação do assistente social nos diversos espaços, e neste caso, relevância dos serviços ofertados pela instituição para com os/as adolescentes e, como o mundo do trabalho demanda uma educação não só daqueles já inseridos no mercado de trabalho que necessitam de atualização para o mundo de trabalho, como, também os que buscam na educação e aprendizagem a oportunidade de ingressar ao mercado de trabalho como é o caso dos/a adolescentes do Projeto Aprendizagem, Trabalho e Cidadania do CEDB.

Ao debruçar-se nas leituras e também no acompanhamento da prática do profissional de Serviço Social é possível entender o quanto o profissional se dedica para atender as demandas dos adolescentes que se inscrevem na instituição e ao mesmo tempo dar respostas às demandas institucionais. O profissional atua lutando ainda para que o Estado assuma seu papel fazendo valer o que a lei determina visando o combate à desigualdade social e validação dos direitos.

A questão do adolescente das classes pobres é uma das expressões da questão social que requer empenho do Estado, da sociedade e das instituições em geral visando oferecer aprendizagem que resultem em cidadania e estimule habilidades e competências para o mundo do trabalho.

O trabalho do Serviço Social na instituição de terceiro setor CEDEB ocorre em parceria com os demais responsáveis pelo projeto sempre empenhados em buscar novas parcerias e elaborar projetos de captação de recursos que resultem em melhorias da qualidade de vida dos usuários dos serviços socioassistenciais.

Logo, entende-se que o acesso ao direito para o ingresso ao trabalho perpassa pelos demais direitos sociais, como a educação, a assistência social, a alimentação, moradia, lazer, entre outros. De acordo com Amorim (2007), não há como debater o direito à cidadania de modo independente do direito à educação e trabalho previstos

pelo art.6º da CF/88, de modo que, a noção de cidadania plena perpassa não somente pelos direitos políticos, mas, ainda os direitos civis e, inclusive, os direitos sociais.

Assim, ao oferecer aos adolescentes acesso à educação/aprendizagem o CEDB possibilita que estes se preparem para o ingresso ao trabalho de forma mais qualificada. É preciso nesse percurso educativo se leve em consideração a qualificação tecnológica como um pilar do mundo do trabalho atual, no entanto, em decorrência do avanço da miséria, aumenta a exclusão e poucos têm acesso aos projetos que possibilitam tal qualificação mesmo que seja parcial.

O presente campo de estágio, demonstra ser uma instituição relevante para a vida dos adolescentes Ji-Paranaenses. A validação dos direitos sociais é papel do Serviço Social e nesse interim busca a ampliação da cidadania oferecendo cursos e conhecimentos básicos.

Portanto, toda essa conjuntura denota que o CEDB como instituição, apesar de imersa em contradições, é uma porta de entrada dos adolescentes para novas aprendizagens. Esta é também lócus de conhecimentos e amadurecimento acadêmico e como futuro assistente social para intervir dando respostas concretas às demandas sociais.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica M.T de. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. Brasília: CFESS/ABEPSS, nov.2009. 14p. (Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais)
- AMORIM, Maria S. S. de. Cidadania e participação democrática. In: Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 25 -27, abr. 2007. **Anais**. Florianópolis: II Seminário Nacional, 2000. p.366-379. Disponível em:< https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=.+Cidadania+e+participa%C3%A7%C3%A3o+democr%C3%A1tica.+In%3A+Movimentos+Sociais%2C+Participa%C3%A7%C3%A3o+e+Democracia&btnG= > Acesso em 25. Abr 2020.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2.ed., São Paulo: Moderna, 1996. 255p.
- BAPTISTA, Makilim N; BAPTISTA, Adriana. S.D; DIAS, Rosana. R. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, vol.21, n.2, jun. 2001. ISSN 1414-9893. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932001000200007 > Acesso em 06. Jan 20.
- BARBARA, Maristela Miranda. Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhado. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v.19, p.30-49, 1999. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5886039>>Acesso em 17.Mar 2020.
- BARROCO, Maria L. S. TERRA, Sylvia H. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (Org). **Código de ética do Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.ISBN:-978-85-249-1920-6.
- BATISTA, Bruno N. Sobre a educação profissional e tecnológica no brasil: do espírito politécnico aos riscos da vampirização neoliberal. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, p.523-545, maio/ago. 2019. Disponível em:< <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6461> > Acesso 14.Fev 2020.
- BECKER, Daniel. **O que é Adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 2017. 92 p. (Coleção primeiros passos; 159)
- BEMFICA, Aline G. Errância e enunciação desejante na adolescência. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, p. 05-19, Jan-Dez 2018. Disponível em:< <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/12221/9860> > Acesso: 30.Jan 20.
- BOCK, Ana. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **ABRAPEE**. Campinas, v.11, p. 63-76, Jan./Jun 2007. Disponível em:<

https://www.academia.edu/6823812/A_adolesc%C3%Aancia_como_constru%C3%A7%C3%A3o_social_estudo_sobre_livros_destinados_a_pais_e_educadores_Adolesc%C3%Aancia_como_uma_constru%C3%A7%C3%A3o_social?auto=download> Acesso 02. Fev 20.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2016.

_____. **ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 03. Jan 2020.

_____. **Lei de regulamentação da profissão nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Brasília: Planalto, 1993. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso 26.Mar 2020.

_____. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Planalto, 2000. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm > Acesso 10. Abr 2020.

_____. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília :Ministério da Saúde, 2007. 60 p. Disponível em:< http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf> Acesso em 31. Jan 20.

BRITO, Isabel. Ansiedade e depressão na adolescência. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**. Lisboa, v. 27, n. 2, p.208-214, 2011. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 03. Jan 20.

CABRAL, Heloisa Helena de Souza. **Gestão Social no Terceiro Setor**: avaliação de processos e missão institucional. Coimbra: Oficina do Ces 190, 2003. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/190/190.pdf>> Acesso 12.Abr 2020.

CANO, Maria. A.T. **A percepção dos pais sobre sua relação com os filhos adolescentes**: reflexos da ausência de perspectivas e as solicitações de ajuda.1997. 142p. Tese de livre-docência- Escola de enfermagem, universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em:< <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/22/tde-14092007-141943/publico//Livre-Docencia.pdf>> Acesso em 06. Jan 20.

CEDB- Centro Educativo Dom Bosco. **Plano de ação**. Ji-Paraná, fev. 2019.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**. Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan-jun. 2011. Disponível em:< <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>>Acesso 19.Mar 2020.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, abr. 2000. 183p. ISBN:85-24-0736-3

CORRÊA, Roberto Lobato. Resumo do livro O Espaço Urbano. In: **O Espaço Urbano**. 3.ed., n.174, 1995, São Paulo. São Paulo: Ática, p.1-13, 1995. (Série Princípios) Disponível em:< http://istoecidade.weebly.com/uploads/3/0/2/0/3020261/tex01_o_espao_urbano.pdf> Acesso 01.Abr 2020.

COSTA, Selma Frossard. Gestão de pessoas em instituições do terceiro setor: uma reflexão necessária. **Terra e Cultura**. ano 18, n.35, p.40-58, jul-dez. 2002. Disponível em:< <https://unifil.br/portal/images/pdf/documentos/revistas/revista-terra-cultura/terra-e-cultura-35.pdf#page=49> > Acesso 29.Mar 2020.

DAVIM, Rejane. M.B; GERMANO, Raimunda. M et Al. Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. **Rene**. Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 131-140, abr./jun.2009. Disponível em:< http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13690/1/2009_art_rmbdavim.pdf > Acesso em 31. Jan 20.

DEDECCA, Cláudio S. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Economia Política**. São Paulo, v.25. p.94-111. Jan-Mar. 2005. Disponível em< <https://www.passeidireto.com/arquivo/4411876/notas-sobre-a-evolucao-do-mercado-de-trabalho-no-brasil> >Acesso 09.Mar 2020.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28.ed., Petrópolis: Vozes, 2009. ISBN 978-85-326-1145-1.

DOURADO, Fernandes, PARO, Vítor Henrique (Org.). **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. 158p. ISBN: 858583388-2.

FALCONER, A. P. **A Promessa do Terceiro Setor**: Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem fins Lucrativos e de seu campo de gestão.1999.10p. Ensaio (mestrado em administração). Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em:< http://www.lasociedadcivil.org/wpcontent/uploads/2014/11/andres_falconer.pdf> Acesso 10. Abr 2020.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Instruções sociais de processos, sentenças e decisões**. Brasília: CFESS/Abepss, nov, 2009. (Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais). Disponível em:< <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view> >Acesso 26.Mar 2020.

FERREIRA, Aurélio. B.H. **Miniaurélio século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. 5.ed., Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001. 873 p. ISBN 85-209-1213-3.

FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos R. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.109, p. 43- 66, mar.2000. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000100003> > Acesso 15.Mar 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Disponível em: < <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012/1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf> > Acesso: 08. Jan 20.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**. Florianópolis, v.19, p.71-87, jan-jun. 2001. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770> > Acesso em 25.Fev 20.

GALLIANO, A. Guilherme. **O Método Científico: Teoria e Prática**. São Paulo: Mosaico, 1979. 200p.

GALVÃO, Roberto C. S. Educação, cidadania e trabalho. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.25, p. 171 –191, mar. 2007. ISSN: 1676-2584. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/art14_25.pdf> Acesso 06. Abr 2020.

GERHART, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009.120p. Disponível em <http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/13_Livro_Metodos_de_Pesquisa.pdf> Acesso em 08.09.2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8

_____. **Métodos e técnicas da pesquisa**. 6.ed., São Paulo: Atlas,2008. 220 p.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989. 206 p. ISBN85-22420489-5.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 107 p.

GRAMSCI, Antonio. A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA. In: **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4º.ed., São Paulo: Civilização Brasileira, 1982, v.48. 244p.

HEERDT, Mauri Luiz. **Metodologia científica e da pesquisa**: livro didático. 5. ed., Palhoça: UnisulVirtual, 2007. 266 p. Disponível em: < http://www.fatecead.com.br/mpc/aula01_ebook_unisulvirtual.pdf> Acesso 14. Jan 20.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão. 4ed., São Paulo: Cortez, 2010. ISBN.978.85.249.1345-7.

_____. Divisão do trabalho e Serviço Social. In: **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12.ed., São Paulo: Cortez, 2013. ISBN:78-85-249-183-1

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea.** Brasília: CFESS/Abepss, 2009. (Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais). Disponível em:< <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf> > Acesso 26.Mar 2020.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6.ed., São Paulo: Cortez, 2003. ISBN 85.289.0693 -6

JUNCA, Denise C de M. **Ilhas de exclusão:** o cotidiano dos catadores de lixo de campos. In: **Mundo do trabalho.** Cortez: São Paulo, ano XVII, n.52, dez. 1996. (Coleção Serviço Social & Sociedade).

KHAOULE, A. M. K. C, EUZEBIO, F. de. Diários de campo como possibilidade de pesquisa na formação de professores. **ANAIS.** Goiás: III Simpósio Nacional de História da UEG, agos.2013, p.272-282. Disponível em:< https://www.academia.edu/5934953/DI%C3%81RIOS_DE_CAMPO_COMO_POSSIBILIDADE_DE_PESQUISA_NA_FORMA%C3%87%C3%83O_DE_PROFESSORES > Acesso em: 12.08.2018.

KOLLER, Sílvia. H (Org). **Adolescência e psicologia:** concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. 144 p. Disponível em:< <https://www.passeidireto.com/arquivo/23871049/adolescencia> > Acesso 02. Fev 20.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 28.ed., São Paulo: Brasiliense, 2008. ISBN: 978-85-11 -01023-7

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.**5.ed, São Paulo: atlas, 2003.312 p.

LIRA, Isabel C. D. Informalidade: Reflexões sobre o tema. In: **Multifaces do trabalho.** Cortez: São Paulo, ano. 23, n.69, mar. 2002. (Coleção Serviço Social & Sociedade).

LOPES, José. J. **A introdução da informática no ambiente escolar.** Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, dez, 2002. Disponível em:< <http://www.clubedoprofessor.com.br/artigos/artigojunio.pdf> > Acesso:02. Out 2019.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão Social: Objeto do Serviço Social? **Serviço Social em Revista.** Londrina, v. 2, n. 2, p.39-47, jul-dez. 1999. (Curso de Serviço Social Universidade Estadual de Londrina). Disponível em:< https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.10b%20historia%20de%20vida_maria_paulilo.pdf#page=39 > Acesso 03.Mai 2020.

MARX, K. O processo de produção do capital. In: **Os economistas: o capital crítica da economia política.** Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 2013. ISBN. ISBN 85-351-0831-9.

MATTOS, F. A. M. de. Formalização do mercado de trabalho e redução da desigualdade de renda: avanços e desafios após 12 anos de governo federal liderado pelo partido dos trabalhadores. In: MACAMBIRA, J; ARAÚJO, T. P. de; LIMA, R. A. de (Orgs). **Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais**. Fortaleza: IDT, 2016. 232p. ISBN:978-85-6736-03-1. Cap.3, p.53-87. Disponível em <http://www.idt.org.br/PortalIDT/Arquivos/Publicacoes/011_Mercado_Trabalho_Qualificacao_Emprego_Politicas_Sociais.pdf#page=11 > Acesso 15.Mar 2020.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2.ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 49p. Disponível em <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/282/Brazil_desempregado.pdf?sequence=1> Acesso 14.Mar 2020.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas sociais**. São Paulo, n.2, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18912>> Acesso 10. Abr 2020.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica a padrão emergente de intervenção social**. 2.ed., São Paulo: Cortez, 2003.288p. ISBN:85-249-0820-3

MOURA, Dante. Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**. Natal, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549273001.pdf>> Acesso 12. Fev 2020.

NETTO, José. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2011. ISBN.978.85.249.0394-6

NÓBREGA. E. F; SOUZA. F. C. S. **Educação Profissional no Brasil: uma trajetória de dualidade e exclusão**. Ensino Interdisciplinar, Mossoró, n. 3, p.266-278, dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/download/1698/918>> Acesso em 23.Fev 20.

OLIVEIRA, Beatriz R. G; ROBAZZI, Maria L. do C. C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.9, n. 3, p.83-89, May. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n3/11503.pdf>> Acesso 05.Abr 2020.

PEREIRA, R. da S; MORAES, F. C. C. de, Mattos Júnior, A. B. Especificidades da gestão no terceiro setor. **Organizações em Contexto**. São Bernardo do Campo, v. 9, n. 18, p.167-195, jul-dez. 2013. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/5342/534256499007.pdf> >Acesso 30.Mar 2020.

PINO, Mauro del. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo, FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, Set.2000. ISBN 950-9231-53-3.

PIROTTA, Kátia C. M. A. Construção Sócio-Histórica da Adolescência e as Políticas Públicas. **Boletim do Instituto de Saúde – BIS**. p.2-6, dez. 2006. Disponível em:< <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/portal/resource/pt/ses-7276> > Acesso em 31. Jan 20.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008. 238p. ISBN: 9788575591116

_____. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.18, n.2, abr-jun. 2004.118p. Disponível em< <https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v18n2.pdf>> Acesso 14.Mar 2020.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1997. 198p. ISBN:85-249-0566-2.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013. ISBN 978-85-7717-158-3.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 327 p. ISBN: 8522421110.

ROCHA, Cleonice S; FRITSCH, Rosângela. Qualidade de vida no trabalho e ergonomia: conceitos e práticas complementares. In: **Multifaces do trabalho**. Cortez: São Paulo, ano XXIII, n.69, mar. 2002. (Serviço Social & Sociedade)

RODRIGUES, Maria. C. P. Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 25-67, set-out. 1998. Disponível em:< <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7755/6347> >Acesso 26.Mar 2020.

ROMANELI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 12.ed., Petrópolis: Vozes, 1990. 267p. ISBN 85.326.0245-2.

SANTROCK, John. **Adolescência**. Trad. Sandra Mallmann da Rosa. 14.ed., Universidade do Texas, Dallas: AMGH, 2014. Disponível em:< <https://books.google.com.br/books?hl=ptPT&lr=&id=pbo6AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR7&dq=Adolesc%C3%AAncia&ots=LhKk8INxrR&sig=NJ3VuxuSbStMBgD1EQPBb1W WyM#v=onepage&q&f=false>> Acesso em 31. Jan 20.

SEGNINI, Liliana R. P. Educação e trabalho uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.14, n.2, Apr-Jun. 2000. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200011> >acesso 08.Mar 2020.

SETUBAL, Aglair A. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. 5.ed., São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA JUNIOR, João dos R. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002. ISBN: 85-7587-004-1.

SILVA, Lídia Lopes. **O trabalho do assistente social no “terceiro setor”**: a superação das dificuldades e a construção de caminhos. 2008. 184p. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC. São Paulo. Disponível em:<
<https://leto.pucsp.br/bitstream/handle/17926/1/Lidia%20Lopes%20da%20Silva.pdf>>
Acesso 12. Abr 2020.

SILVA, Sara Cíntia F. da. **O processo de implementação da política pública do trabalho do adolescente aprendiz em Cuiabá/MT a égide da Lei 10.097/2000**. 2012. 164p. Dissertação (mestrado em política social) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação em Política Social, Cuiabá, 2012. Disponível em:<<http://ri.ufmt.br/handle/1/1490>>
Acesso em 27. Abr 2020.

SOUZA, Eliomar Paulino de. **A questão da cidadania**: Reflexões a partir do estágio em Serviço Social no Centro Educativo Dom Bosco, 2018. 77p. Trabalho de Graduação (Serviço Social) - Centro Universitário Luterano de Ji-paraná, Ji-Paraná.

SOUZA, Tatiana M. C; OLIVEIRA, Cirlene A. H. S; BUENO, Cléria M L. B. P. Políticas de estágio e o contexto do Serviço Social. **Serviço Social & Saúde**. Campinas, v.9, p.131-156, jul.2010. Disponível em:<
https://www.researchgate.net/publication/309685648_Politicass_de_estagio_e_o_contexto_do_servico_social>Acesso 06. Mai 2020.

TAKASHIMA, Geney M.K. O desafio do Serviço Social na Construção da cidadania-criança, adolescente e família. **Katálysis**. Florianópolis, n.2, p.30-40, fev, 1998. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5574/4975>>
> Acesso em 01. Mai 2020.

UVP- União Pela Vida. **Centro Educativo Dom Bosco**: Todas as obras/ obra social. Disponível em:< <https://upv.org.br/obra/12-centro-educativo-dom-bosco>> Acesso em 27.Mar.2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. Brasília: CFESS/Abepss, nov, 2009. 27p. (Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais). Disponível em:<
<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>> Acesso 04. Mai 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Tradução: Daniel Grassi. 2.ed.Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.